

Onde rios se encontram: paisagens de Maurícia e Nova Amsterdam

Where the Rivers Meet: Landscapes of Mauritsstad and New Amsterdam

LEONARDO NÓBREGA

<https://orcid.org/0000-0001-7927-380X>

Universidade de São Paulo / São Paulo, SP, Brasil

RICARDO TREVISAN

<https://orcid.org/0000-0002-5591-0349>

Universidade de Brasília / Brasília, DF, Brasil

NÓBREGA, Leonardo; TREVISAN, Ricardo. Onde rios se encontram: paisagens de Maurícia e Nova Amsterdam. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 33, p. 1-44, 2025.

DOI: <https://doi.org/10.11606/1982-02672025v33e41>

RESUMO: No século XVII, a Companhia das Índias Ocidentais (WIC), da República das Sete Províncias, atuais Países Baixos, fundou alguns assentamentos ultramarinos que vieram a se tornar grandes cidades. Entre eles, estão o Recife (Cidade Maurícia entre 1637 e 1654) e Nova York (Nova Amsterdam entre 1624 e 1661). Apesar de diversas semelhanças, como a presença da WIC como empreendedora, a função colonizatória e a importância da comunidade judaica, elas ainda não foram aproximadas em suas semelhanças e contrastes visuais e formais. Ao considerar o conceito de paisagem, levando em consideração a História Social das Sete Províncias e de suas colônias do Novo Mundo, propomos uma aproximação baseada na análise e discussão de iconografias, nossas fontes principais. Mapas, pinturas e gravuras são lidos a partir dos elementos que apresentam (ou deixam de apresentar), da ordenação compositiva e do olhar dos artistas viajantes. Ao problematizar as representações, discutimos a construção desses núcleos segundo os critérios culturais e subjetivos que os deram origem, evidenciando as conexões entre as duas cidades em uma narrativa histórica única.

PALAVRAS-CHAVE: Recife. Nova York. Fontes visuais. Urbanização. Paisagem.

ABSTRACT: In the 17th century, the Dutch West India Company (WIC) of the Republic of the Seven Provinces, now the Netherlands, founded several overseas settlements that later became major cities; among them Recife (Mauritsstad from 1637 to 1654) and New York (New Amsterdam from 1624 to 1661). Despite similarities, such as the presence of WIC as entrepreneur, their colonial function, and the importance of the Jewish community, these municipalities have yet to be closely examined for their visual and formal similarities and contrasts. By considering the concept of landscape within the framework of the social history of the Seven Provinces and their New World colonies, we propose a comparative approach based on the analysis and discussion of iconographic sources, our primary materials. Maps, paintings, and engravings are examined for their compositional arrangement, the elements they include (or omit), and the perspectives of traveling artists. By critically engaging with these representations, we discuss how these urban centers were constructed according to the cultural and subjective criteria that shaped them, highlighting the connections between the two municipalities within a unified historical narrative.

KEYWORDS: Recife. New York. Visual sources. Urbanization. Landscape.

INTRODUÇÃO

A infinitude do mar encontra um limite. O continente se aproxima. Em determinado momento, o mar se abre em dois cursos distintos, como a procurar uma forma de atravessar o solo. Quando a água encontra novos fluxos, o que resta é uma ilha. Mas a ilha se diferencia do continente, diferença que não vem apenas de estar na foz de dois rios. A ilha está sob a cidade, um conjunto de edificações que formam um todo horizontal, em diálogo com os baluartes das muralhas, com os fortes e com as torres das grandes construções. A cidade contrasta com a natureza dos trópicos, diversa em elementos e em ordem daquilo que a Terra apresentava como origem. O urbano se consolida com a movimentação das embarcações ao se aproximar ou se afastar dos portos, com interações entre mercadores, oficiais, civis e escravizados, resultado da atividade mercantil.

Na cidade sobre a ilha, os personagens são diversos em cultura, condição social e linguagem. A cidade e seus agentes são ponto de encontro entre o interior e o exterior, entre a pilhagem e a comercialização, entre a invasão territorial e a consolidação de impérios. Ao romper com a natureza, cria dinâmicas próprias e termina por assemelhar-se a ela. Paisagens observadas, construídas e vividas – assim um dia foram Maurícia e Nova Amsterdam.¹ Cidades batavas que não mais existem, prenúncios das atuais Recife e Nova York, temas desse estudo e protagonistas de diversas narrativas, existentes ou que não de ser escritas.²

NARRAR AS CIDADES

Para Paul Ricoeur, a construção e a narrativa são raciocínios configurantes para, respectivamente, o espaço e o tempo.³ Ao observarmos uma cidade ou uma arquitetura, nos deparamos com uma disposição formal que estabelece vivências. Essa organização acarreta a construção segundo critérios sociais, ambientais e temporais. A gênese das cidades é um momento chave nesse processo: mudança de atitude para com a natureza e ela passa a ser dominada e explorada. Retomar as narrativas sobre o passado das cidades é ir de encontro ao espaço e ao tempo enquanto dimensões culturais.

Iniciamos uma investigação sobre um momento muito debatido pela historiografia brasileira: o período de dominação holandesa no Nordeste durante o século XVII.⁴ Entre 1630 e 1654, a gestão batava trouxe particularidades à administração territorial, incluindo uma série de investimentos no meio urbano. Em 1637, houve a construção da Cidade Maurícia, uma cidade nova,⁵ capital da Nova Holanda e origem dos atuais bairros de São José e Santo Antônio do Recife, em diálogo com o Povoado do Recife, núcleo inicial da ocupação dessa região pelos portugueses, que remonta à primeira metade do século XVI.

1. A capital do Brasil batavo era o conjunto urbano formado pela Cidade Maurícia e Povoado do Recife, comumente referido, em documentos da época, por *Maurícia*, *Cidade Maurícia* ou *Recife*. Frans Post se refere a *Mauritiópole*, termo pouco usado. A colônia holandesa no Brasil foi nomeada como *Nieuw-Holland* (segundo cronistas da época, como indica Gonsalves de Mello, 1987), e a colônia na América do Norte recebeu o nome de *Nieuw Nederland*. A opção nesse trabalho para traduzi-las em termos distintos foi de chamar respectivamente de Nova Holanda e Novos Países Baixos.

2. Usamos os termos *neerlandês* e *batavo* como gentílico para, respectivamente, os atuais Países Baixos e a República das Sete Províncias seicentista. O termo *holandês*, incorporado ao imaginário popular e à historiografia brasileira, é questionado por se referir a apenas duas das províncias do país, as Holandas.

3. Ricoeur (1998).

4. Entre trabalhos clássicos sobre o Brasil batavo, destacamos *Tempo dos Flamengos* (1987), de José Antônio Gonsalves de Mello, e *Olinda restaurada* (1975), de Evaldo Cabral de Mello. Entre as pesquisas atuais, se destacam as de Daniel Vieira (2019) e Bruno Miranda (2014).

5. O termo “cidade nova”, segundo Ricardo Trevisan (2020), se refere a um núcleo construído a partir do desejo de algum empreendedor, com uma função predominante, que foi implantado em um sítio previamente escolhido, teve um projeto desenhado por profissional qualificado e inaugurado em um tempo razoavelmente determinável.

6. Entre as pesquisas produzidas em escolas de Arquitetura e Urbanismo, destacamos as de Hanneeda van Meerkerk (1988); Ron van Oers (2000); José Luiz Mota Menezes (1983; 1988; 2000; 2002; entre outros); Maria Angélica da Silva (2011a) e Pedro Valadares (2019).

7. Mota Menezes (1983), p. 349.

8. Oers (2000).

9. Na historiografia, é costumeiro o uso do termo “espontânea” para se referir a cidades não projetadas. No entanto, a ideia de espontaneidade sugere desleixo, o que é falacioso. O traçado das ruas olindenses, por exemplo, demonstra a habilidade no manejo do solo e na implantação de uma cidade sobre o relevo acidentado, como comprovou Mota Menezes (2000). Acreditamos que o termo “orgânica” seja mais indicado por se referir à forma e não ao modo de produção.

10. Em diversas ocasiões, as cidades tiveram uma leitura conjunta em textos que recuperam a trajetória da comunidade judaica no Novo Mundo. No entanto, não foram produzidas leituras associadas sobre a morfologia e visualidade dos núcleos. Sobre a presença dos judeus em Pernambuco e a migração da comunidade judaica para Nova York, ver: Gonsalves de Mello (1989); Mota Menezes (2002); Daniela Levy (2018) e Jacques Ribemboim (2023).

11. Silva (2011a; 2011b). Maria Angélica Silva lidera o grupo de pesquisa Estudos da Paisagem na Universidade Federal de Alagoas e, em parceria com seus orientandos, conduziu pesquisas variadas sobre o Nordeste no período colonial. Entre seus trabalhos, além dos estudos sobre cartografias e pinturas, houve um aprofundamento no olhar à

O complexo urbano formado pelo Povoado do Recife e pela Cidade Maurícia adquiriu um caráter de pontualidade enquanto experiência urbanística e arquitetônica. Nem antes, nem depois, houve a construção de uma cidade brasileira seguindo princípios urbanísticos batavos e em um diálogo tão direto com a produção luso-brasileira colonial. Por isso, se torna surpreendente o baixo número de estudos recentes nas escolas de Arquitetura e Urbanismo que assumam o Recife batavo como foco.⁶

Em *O século XVII e os holandeses*, José Luiz Mota Menezes sugeriu uma possível similaridade entre os traçados das cidades projetadas pelos holandeses no ultramar e cita Batávia (atual Jacarta, na Indonésia), Willemstad (em Curaçao), Cidade do Cabo (na África do Sul), Recife e Nova Amsterdam, e argumentou que “um estudo comparado de tais cidades deveria ser realizado e talvez trouxesse maiores informações sobre o plano da Cidade Maurícia”⁷. Ron van Oers seguiu proposta semelhante.⁸ O planejamento ultramarino das companhias colonizatórias holandesas foi tema da sua tese de Doutorado na Universidade de Delft, *Dutch Town Planning During VOC and WIC Rule*. Ele apresentou uma delimitação teórica dos assentamentos coloniais batavos, além do redesenho dos planos de cidades novas holandesas e a análise de Colombo (no Sri Lanka), Cidade do Cabo e Recife.

Oers escolheu cidades novas para o estudo. Aqui, optamos por nos distanciar da tipologia urbanística como parâmetro e escolhemos a orgânica Nova Amsterdam.⁹ Além do ineditismo da comparação, a pesquisa foi favorecida pela ampla documentação e bibliografia sobre Nova Amsterdam nos meios digitais. Também é interessante comparar o Recife, cidade nova de expansão com matriz portuguesa, com uma cidade ocupada desde o início pelos holandeses.¹⁰ Leitura favorecida pelas pesquisas Maria Angélica Silva, nas quais há uma imersão nas relações entre a colonização e as técnicas cartográfica e artísticas nas representações do território do Nordeste brasileiro, tanto a partir de iconografias lusitanas quanto batavas.¹¹

Este artigo se inicia com a apresentação da paisagem como conceito. Passamos à explicação metodológica e, em seguida, à apresentação da emergente República das Sete Províncias. O trabalho segue com a análise de Maurícia e Nova Amsterdam, cada uma em três partes: contextualização histórica, leitura morfológica e debate das fontes visuais. A ideia é apresentar as diversas imagens e, ao passar os olhos de uma a outra, reconhecer relações entre objetos apresentados, seja por presenças ou ausências, de modo a construir uma narrativa.

PAISAGEM, PALAVRA E IDEIA

O significado de *paisagem* perpassa o senso comum mesmo sem defini-la de maneira precisa, ou seja, conhecemos a ideia antes de conhecer o objeto. Apesar de termos confiança em olhar um quadro de Frans Post e falarmos “vejo uma paisagem”, ou até mesmo em observar a interação entre a topografia, o mar e o céu do Recife e interpretar essa composição visual segundo a definição, descrevê-la universalmente é extremamente difícil. Ao perguntarmos às pessoas o que é uma paisagem, nos deparamos com respostas que referenciam exemplos e abrem espaço para interpretações mais amplas. “É como um quadro”. “É como um cartão postal”. A tentativa de definir a ideia parece limitá-la, mas sabemos empiricamente o que é e o que não é paisagem.

A investigação sobre o conceito nos induz às condicionantes para a sua apreensão. Para Augustin Berque, paisagem seria um recurso da racionalidade para a apreensão do lugar que surge em determinadas culturas.¹² Cauquelin sumariza o conceito como “um conjunto de valores ordenados em uma visão”.¹³ Por valores, temos os elementos apresentados aos sentidos. A visão os apreende através de recortes delimitados, seja janelas, recursos perspectivais ou molduras de quadros. Os limites à visão e os elementos são relacionados em alguma ordem, de tal maneira que são aplicados recursos puramente racionais como o senso de proporção, interações geométricas e critérios estéticos.

Ao olharmos uma pintura com uma casa em meio a um bosque, não percebemos apenas a casa, as árvores, o céu ou o chão. Em uma paisagem, cada elemento é condicionado em dimensão, espaço e estética a partir de todos os outros elementos ao redor. O conjunto de valores nos apresenta às ideias de tamanho, proporção e equilíbrio, associadas em nossa percepção.

As diferentes formas da paisagem

Ao debater as paisagens de Claude Lorrain, Gombrich pontua, “[Lorrain] selecionou apenas os motivos que considerava dignos de pertencer a uma visão onírica do passado, e impregnou-os de uma luz dourada ou de uma atmosfera prateada que parecem transfigurar toda a cena”¹⁴. Isso reforça a atuação dos artistas para além da reprodução do real, mas como criadores de uma imagem, pois há participação direta e fundamental na escolha dos valores e no arranjo que os elementos tomam em cena, evocando sensações e sentimentos nos observadores. A pintura de paisagem não é o registro de espaços, mas um discurso em tela sobre os lugares. Há uma mescla entre real e ficcional na formação da cena.

Na literatura, a paisagem é construída através de figuras de linguagem.¹⁵ O historiador de Maurício de Nassau, Gaspar Barléu, descreve Olinda:

natureza e no impulso jardínstico do período batavo (Silva, 2002; Silva; Alcides, 2020). Entre os de seus orientandos, citamos os estudos sobre os quintais de Olinda de Juliana Loureiro (2012); sobre as relações entre cartografia e alimentação de Melissa Mota Alcides (2020); e sobre o Forte Maurício em Penedo (AL) de Bianca Muniz (2010).

12. Berque (1994).

13. Cauquelin (2007), p. 16.

14. Gombrich (2015), p. 396.

15. Cauquelin, *op. cit.*

16. Barlaeus (1980), p. 51.

17. Entendemos o “belo” enquanto categoria estética, algo que remete a uma significação evocada pelos artistas na obra de arte. O tipo de fruição que se tem ao deixar de lado as finalidades práticas em detrimento de um tipo de experiência desinteressado. Apesar dos objetos mais diversos do mundo terem o potencial de serem estéticos, os artistas criam obras com essa intenção específica, sendo ela uma das prerrogativas da arte (Panofsky, 2017).

18. Berque, *op. cit.*

[...] à beira-mar, notável por belos edifícios e templos. O sítio, por amor das colinas que ela abrange no seu perímetro, é assaz acidentado, de sorte que dificilmente o poderia munir a indústria humana. Na parte mais alta, erguia-se o convento dos jesuítas, de construção elegante e rico de rendas, levantado por el rei D. Sebastião. Era o primeiro que aparecia, com seu aspecto agradável, a quem vinha do mar alto. Ao lado dele, via-se outro – o dos Capuchos, e perto da costa o dos Domínicos. Na região superior da cidade, estava o mosteiro de S. Bento, protegido pela natureza e pela sua construção. Havia também uma igreja de freiras e mais outras. Tinha duas matrizes: a de S. Salvador e a de S. Pedro.¹⁶

Ao ler atentamente o texto, pode-se reconhecer uma sequência de comparações, descrições e analogias que visam a transmissão dos aspectos visuais da terra através das palavras.

A produção de jardins também é associada ao conceito de paisagens, como sugere o termo *paisagismo*. Trata-se de um processo que associa as potencialidades visuais à ocupação do ambiente e, muitas vezes, a construções narrativas, metafóricas e simbólicas. A partir da organização espacial dos jardins, pode-se aproveitar características naturais, como a luz do sol e os elementos da natureza para criar o *belo*.¹⁷

Na pintura, na literatura e no paisagismo, a ordenação de elementos acontece em recortes determinados, de maneira a transmitir ideias, seja a partir da visualidade, da descrição ou da espacialidade. É assim que os elementos são organizados visualmente nas composições visuais, referenciados a partir de metáforas na escrita ou posicionados de acordo com as intenções estéticas nos jardins. Há sempre, na construção da paisagem, uma seleção e um ordenamento do que se mostra e, em consequência, do que se oculta. Entendemos tal atitude não como percepção despreziosa, desvinculada do cotidiano, mas como produto cultural. Há, na paisagem, um campo promissor ao entendimento de relações sociais, culturais e estéticas engendradas pelos lugares.

Neste sentido, voltamos nosso olhar para Maurícia e Nova Amsterdam a partir de pinturas e gravuras produzidas por artistas holandeses do século XVII. Para possibilitar a interpretação de uma sociedade segundo a ótica da paisagem, é preciso investigar se em tal contexto já havia um entendimento desse conceito. Apoiamo-nos na ideia de *civilizações paisagísticas* de Augustin Berque, ou seja, nas condicionantes para considerar se determinado grupo entende a paisagem enquanto conceito, visto a não universalidade do conceito.¹⁸

Para Berque, civilizações paisagísticas seriam as que atendem aos quatro critérios seguintes:

1. uso de uma ou mais palavras para dizer paisagem;
2. literatura (oral ou escrita) que descreva a paisagem ou as suas belezas;
3. representações pictóricas de paisagem;
4. jardins de embelezamento.

A sociedade holandesa no século XVII atendia aos quatro critérios selecionados por Berque. O primeiro critério era atendido pela presença de uma palavra para descrever a ideia de paisagem (*landschap*), debatido por Daniel Vieira mediante a paisagem política nas obras de Frans Post (1612-1680).¹⁹ São encontradas descrições de paisagens em textos literários, como no caso de viajantes batavos nas Américas.²⁰ Sobre as representações pictóricas, podem ser citadas as obras de Frans Post e Johannes Vingboons (1616-1670). E os jardins também estavam presentes, a exemplo de áreas concebidas com intenções de embelezamento nos mapas de Maurícia e Nova Amsterdam e reforçadas como caráter da urbanística batava por Oers.²¹

Os agentes da paisagem

No senso comum, permanece atrativa a compreensão tradicional do mundo natural como condicionante à paisagem, aqueles ambientes não tomados por infraestrutura ou arquitetura. O advento das cidades nela acarreta uma questão particular: poderíamos entendê-las enquanto paisagens? Sobre isso, Corner diz que

[a cidade] pode não *parecer* uma paisagem, mas como base inicial, as geometrias e unidades que formam a cidade *funcionam* de maneira muito semelhante a uma paisagem, canalizando fluxos e energia, conectando e dispersando, expandindo e contraindo com graus variáveis de firmeza e abertura através do tempo.²²

É também nesse sentido que Michel Collot nos informa que:

A paisagem aparece, assim, como uma manifestação exemplar da multidimensionalidade dos fenômenos humanos e sociais, da interdependência do tempo e do espaço e da interação da natureza e da cultura, do econômico e do simbólico, do indivíduo e da sociedade. A paisagem nos fornece um modelo para pensar a complexidade de uma realidade que convida a articular os aportes das diferentes ciências do homem e da sociedade.²³

A paisagem de Corner e Collot se liga à *visão* da definição de Cauquelin. Torna-se necessário entender as diferentes presenças na construção da paisagem, ou seja, dos agentes que *veem* a paisagem e *experenciam* o fenômeno. Silva reforça que, ao analisar a produção de cartografias, pinturas e gravuras no Brasil dos séculos XVI e XVII, é preciso se atentar às especificidades do olhar e às possibilidades da técnica.²⁴ Aliado à representação visual, estava o interesse em documentar condições territoriais, étnicas, culturais e militares dos países explorados. Mapas e perspectivas também eram instrumentos de divulgação das conquistas imperiais aos habitantes das metrópoles. Se torna necessário entender os contextos culturais e autorais das paisagens e analisar as *intenções* dos agentes que as produziram, descreveram ou viveram. Mais que um método,

19. Vieira (2019).

20. Destacamos *Olinda conquistada* de João Baers (1978); *Viagem ao Brasil (1644-1654)*, de Pieter Hajstrup (2016); *As memórias de Krzysztof Arciszewski* (2022) e o *Diário de um soldado as Companhia das Índias Ocidentais*, de Ambrósio Richshoffer (1978).

21. Oers, *op. cit.*

22. Corner (2014), p. 10, tradução nossa.

23. Collot (2013), p. 9.

24. Silva (2011a).

25. Cornelius Castoriadis (1982) foi um dos pensadores que popularizou o conceito de “imaginário” na filosofia e nas Ciências Sociais. Trata-se de um conjunto de símbolos coletivos que estruturam a cultura coletiva, orientando práticas e valores.

26. Burke (2017), p. 38.

essa *maneira de olhar* a iconografia se torna um importante recurso historiográfico e um estímulo à nossa investigação, à medida que sugere e demonstra caminhos possíveis entre as documentações, a literatura, os planos urbanos e a arte.

Elencamos três possíveis intenções dos agentes que constroem a paisagem. As *intenções contemplativas* se referem aos que observam e reproduzem o observado de maneira poética ou pictórica. As *intenções compositivas* acontecem ao atuar diretamente sobre a construção do espaço, como para os planejadores urbanos, figuras políticas e profissionais do projeto (arquitetos, urbanistas, agrimensores, engenheiros militares...). As intenções práticas descrevem os que vivem o lugar durante o momento de sua existência. No cotidiano urbano, os agentes de *intenções práticas* são tanto compositores quanto contempladores, à medida em que se tornam valores incluídos na construção visual do meio urbano, o apreendem e o descrevem reiteradas vezes.

Entendemos a construção da paisagem como uma dinâmica sociocultural vinculada à experiência do espaço e às suas relações intercambiais que surge tanto na produção de peças artísticas como na formação de cidades. Estas, apesar de dissonantes de uma ideia bucólica da paisagem natural, emergem como paisagens detentoras de valores interrelacionados a serem apreendidos. Neste trabalho, nos aprofundaremos no olhar dos agentes de intenções contemplativas, ou seja, daqueles que representaram em tela as cidades Maurícia e Nova Amsterdam para a posterioridade. À vista disso, a História das paisagens urbanas através das representações desponta como iniciativa interdisciplinar ao reunir diversos atributos das sociedades em uma narrativa. A partir delas, é possível observar desde princípios urbanísticos ou arquitetônicos e traços da produção artística, até reflexos do modo de ver o mundo daquele que a interpretou e apresenta tal realidade.

Através das imagens

Estudar a paisagem nos leva a relacionar preceitos culturais e subjetivos à territorialidade. Isso implica no protagonismo daqueles que observam e representam a paisagem, ou seja, na valorização do olhar de quem estava lá. Além do reconhecimento da forma pretérita das cidades, o estudo da paisagem se desdobra em considerações sobre o discurso na arte. A iconografia e a literatura deixam de ser entendidas como recursos documentais imparciais e passam a ser consideradas enquanto descrições construídas a partir do imaginário.²⁵

Imagens não podem ser tratadas como narrativas precisas e deve-se assumir a presença intermediária de seu criador, aquele que seleciona as presenças e as ausências. Ao mesmo tempo em que o componente subjetivo traz dificuldades para assumir as imagens como descrição de eventos, ele é uma possibilidade à História pois, como informa Peter Burke, “o processo de abstração é, ele próprio, evidência de fenômenos que muitos historiadores desejam estudar, tais como mentalidades, ideologias, identidades”²⁶.

O trabalho pictórico é uma tentativa de unir a percepção de mundo às estruturas da realidade. Nisso reside a paisagem, reveladora de ângulos diversos da relação entre as pessoas e o ambiente. Em *Significado nas artes visuais*, Erwin Panofsky apresenta um roteiro para a interpretação de representações iconográficas em três etapas sequenciais, o Método Iconográfico.²⁷ A primeira etapa é a *Pré-Iconográfica*, em que são investigados os elementos da cena. Nela predomina o reconhecimento e a descrição dos objetos. Em seguida, parte-se para a etapa *Iconográfica*, na qual se deduz o tema e se inicia uma interpretação da cena apresentada. Nessa etapa, já se recorre a uma construção cultural e social para entender as dinâmicas do que é apresentado. Por fim, vem a etapa *Iconológica*, ao investigar e discutir significados mais profundos das obras de arte e se supor razões para o modo como ela foi produzida e como os elementos foram representados.

Ao debater o método de Panofsky, Peter Burke critica o olhar intuitivo, excessivamente literário e que privilegia o conteúdo sobre a forma. Ele sugere uma associação entre o Método Iconográfico e a História Social, proposta à qual nos vinculamos. Neste sentido, nossas interpretações sobre as obras pictóricas assumem estudos históricos como base, o que nos leva ao entendimento da Etapa Iconológica como um aprofundamento da Etapa Iconográfica.²⁸

Nos estudos de caso, iniciamos com as condicionantes que levaram à construção de Maurícia e Nova Amsterdam. Discutimos as relações entre a Companhia das Índias Ocidentais (WIC) e diferentes grupos e personagens. A segunda etapa parte da descrição das cidades e do redesenho de mapas.²⁹ São investigados os elementos urbanos, a relação com a natureza, a posição geográfica, as arquiteturas, o traçado urbano, os espaços fortificados e a infraestrutura. A terceira etapa é a análise das pinturas e gravuras, cujo levantamento se deu a partir de instituições brasileiras, neerlandesas e estadunidenses.³⁰ Como Etapa Pré-Iconográfica, reconhecemos nas pinturas os elementos representados nos mapas redesenhados. Em seguida, as etapas Iconográfica e Iconológica serão trabalhadas em conjunto, ao descrever as cenas e a relação entre os objetos representados e as narrativas históricas.

UMA REPÚBLICA NO DELTA DO RIO RENO

A Era de Ouro

Em 1555, as terras que hoje compõem os Países Baixos foram concedidas pela dinastia de Habsburgo a Filipe II, rei da Espanha. Foi iniciada uma série de tensões que culminaram na Guerra dos 80 Anos (1568-1648), conflito estabelecido entre as províncias dos Países Baixos e o Estado espanhol. A assinatura da União de Utrecht em 1579, acordo entre as sete províncias do norte que clamavam independência, acarretou o estabelecimento da República das Províncias Unidas,

27. Panofsky (2017).

28. Burke (2017).

29. Como sugere Sylvia Ficher (2011), a descrição é uma maneira de reconhecer e se apropriar do objeto estudado. Descrever e redesenhar nos leva a aprofundar o entendimento sobre as cidades. Em nossas descrições, nos apoiamos em *Análise urbana* (2006) de Philippe Panerai, ao reconhecer inicialmente os limites e os eixos de expansão da forma urbana, e nos atributos das cidades novas de Ricardo Trevisan (2020).

30. Sobre Nova Amsterdam, consultamos os arquivos digitalizados do *Museum of the City of New York*, o *New Amsterdam History Center* e o *NYC Department of Records & Information Services*. Sobre Maurícia, acessamos informações disponibilizadas pelo Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano; Instituto Ricardo Brennand e Itaú Cultural. Sobre ambas as cidades, são encontrados documentos no *Rijksmuseum* e no *Arquivo Nacional de Haia*.

31. As sete províncias eram o Ducado de Guelders, o Condado de Holanda, o Condado de Zeeland, a Senhoria de Utrecht, a Senhoria de Overijssel, a Senhoria de Frísia e a Senhoria de Gronigen.

32. Schama (1997).

33. A modernização da Bolsa de Valores em 1602 e a fundação do Banco de Amsterdam em 1609 foram estímulo e sintoma da consolidação do capitalismo emergente nas Sete Províncias.

34. Wolfflin (1996).

sistema governamental que durou até 1795.³¹ O republicanismo batavo é tido como pioneiro na Idade Moderna e foi palco de diversos avanços científicos, econômicos e culturais que culminaram na Era de Ouro Holandesa.³²

As Províncias Unidas apresentaram uma das maiores taxas de imigração do norte europeu na transição dos séculos XVI para XVII. Isso se deve, parcialmente, a motivos religiosos. Em tempos de avanços reformistas e respostas ferozes da Contrarreforma, a república emergente era um território calvinista estratégico. Com o decreto da relativa liberdade religiosa no país, houve a migração de protestantes das outras áreas da Europa dominada pelos espanhóis católicos, além de judeus sefarditas. Esses grupos se estabeleceram principalmente em Amsterdam, tornando-a uma das mais importantes cidades europeias.

Um princípio que aproxima a comunidade judaica aos calvinistas é a percepção do acúmulo de capital, divergente do entendimento católico. Na perspectiva de João Calvino, o trabalho é a vocação do homem e o dinheiro é sinal da graça de Deus. Para os judeus, o lucro não era estigma e o combate à usura não era dogma. Os dois grupos se apropriaram pioneiramente de preceitos capitalistas e participaram do estabelecimento desse sistema econômico na jovem república.³³ A situação financeira explica por que as Sete Províncias, uma nação instável politicamente e de ocupação difícil, se tornou uma potência política e econômica, equiparando-se a nações como Portugal, Espanha e Inglaterra.

A efervescência econômica permitiu a produção científica e cultural. Entre 1575 e 1636 foram fundadas as universidades de Leiden, Franeker, Groningen e Utrecht, além de faculdades por todo o país. As Províncias Unidas, e em especial Leiden, se tornaram ponto de encontro para estudiosos de toda a Europa. Tal panorama cultural reverberou na produção artística.

O cotidiano como tema

Como as Províncias Unidas eram um país protestante, o barroco católico não predominou ali no século XVII. A arte batava apresentava ideais de estabilidade, harmonia e busca pela perfeição tais como no *cinquecento* italiano. As composições de paisagem eram produzidas em formas fechadas e em composições contidas, valorizando linhas horizontais e verticais e o equilíbrio entre as laterais das telas.³⁴

O Século de Ouro assistiu ao crescimento no número de artistas batavos. Os retratos eram o tipo pictórico mais requisitado e recompensador financeiramente, mas as possibilidades eram diversas, incluindo as paisagens. Nesse momento, a especialização tipológica era regra: ao se dedicar a pinturas semelhantes, os artistas procuravam a excelência em cenas particulares. Alguns se tornaram reconhecidos por pinturas de ruínas, outros por cenas de batalha ou pelo cotidiano urbano, ou então por representações das terras exóticas, e assim por diante. Com as paisagens pintadas,

[os] holandeses foram os primeiros na história da arte a descobrir a beleza do céu [...] Representavam simplesmente um fragmento do mundo, tal como se lhes apresentava aos olhos, e descobriram que assim poderiam fazer um quadro tão satisfatório quanto qualquer ilustração de uma gesta heróica ou de um tema cômico.³⁵

35. Gombrich (2015), p. 418.

36. Alpers (1999).

As Sete Províncias testemunharam a gênese das pinturas de paisagem de cidades. Jan van Goyen (1596-1656), contemporâneo a Claude Lorrain (1600-1682), contrasta com as pinturas do francês ao representar cenas banais como belas, reconhecendo valor estético em cenas urbanas (Figura 1a). Para Svetlana Alpers, a cultura batava encorajava a descrição.³⁶ *Uma curva no Herengracht* (Figura 1b), de 1685, produzida por Gerrit Adriaensz Berckheyde (1638-1698) valoriza esteticamente a cidade ao descrevê-la. Não há personagem protagonista, evocando o paralelismo entre cursos de ação do meio urbano, mas sim uma atenção dedicada aos limites da pintura, de modo a harmonizar as áreas pintadas de céu, edificações e chão/canal.



Figura 1 – À esquerda, *Vista de Dordrecht*, 1655, Jan van Goyen. Fonte: Wikimedia Commons. À direita *Uma curva no Herengracht*, 1685, Gerrit Adriaensz Berckheyde. Fonte: Wikimedia Commons.

Uma cidade entre canais

Amsterdã foi construída às margens do Rio Amstel, onde ele desagua no Lago IJssel, até então um ponto de pesca, com as ocupações iniciais remontando ao ano 1000. Com o tempo, tornou-se porto e foi estabelecida uma relação complexa entre os sistemas infraestruturais, o território e os corpos d'água mediante a implementação de uma rede de canais que possibilitaram tanto o escoamento das águas quanto a mobilidade urbana e o transporte de mercadorias.

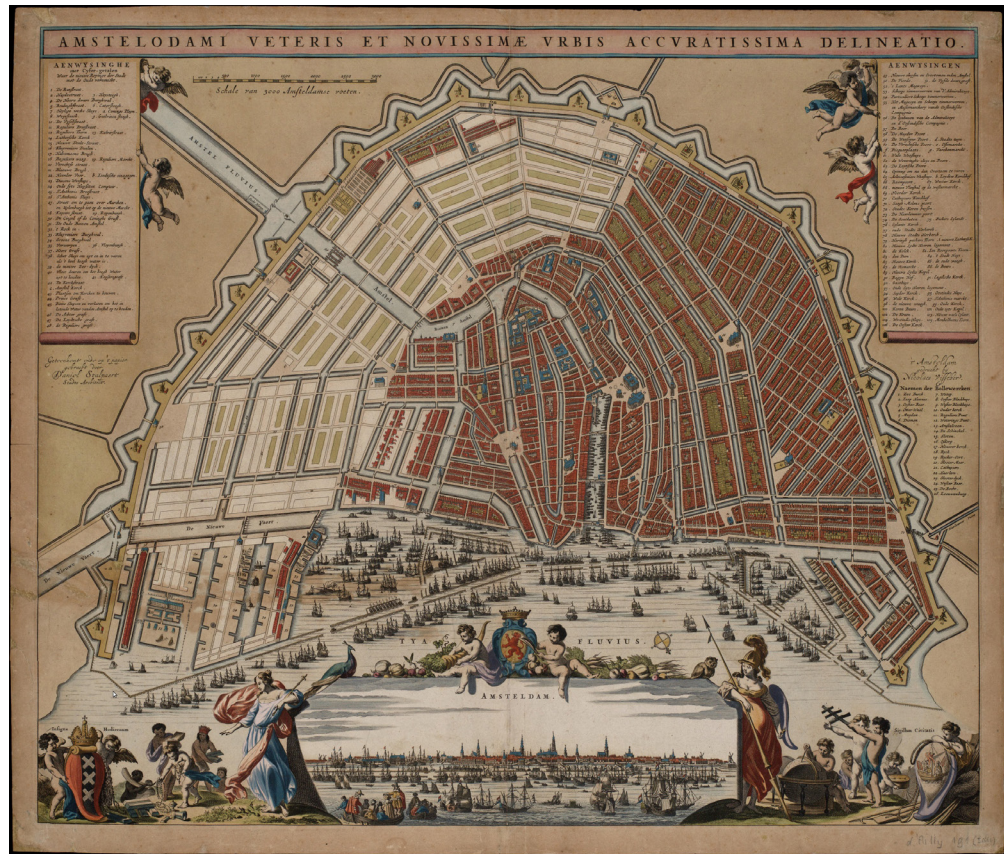


Figura 2 – *Mapa de Amsterdam*, 1662, Daniel Stalpaert. Fonte: Wikimedia Commons.

O crescimento abrupto da Era de Ouro levou a uma série de expansões urbanas que se depararam com a água, o principal obstáculo. No mapa de 1662 e em suas pinturas laterais (Figura 2), é possível reconhecer o crescimento da cidade através de uma expansão radial, por meio de anéis concêntricos que assumiam como centro o núcleo inicial da cidade. As vias de circulação principal foram posicionadas em direção ao centro, enquanto vias locais permitiam o trânsito entre canais. Os canais eram parte do sistema e se distribuíram tanto no centro, com forma orgânica, quanto nas áreas de expansão, onde assumiram a rigidez geométrica. No limite físico da zona urbana, a muralha e seus baluartes.

O ambiente construído era caracterizado por casas às margens dos canais. Devido à falta de espaço e à alta demanda por moradia, os terrenos para a construção eram estreitos (9 metros de largura padrão do lote). As construções residenciais se desenvolveram verticalmente, ocupando de dois a quatro pavimentos, com muitos recursos internos provenientes da indústria naval – onde espaços internos das embarcações eram também diminutos.

As fachadas dessas casas são compostas de três seções com distinções visuais a partir da forma ou do uso de materiais. A parte inferior é onde reside o contato direto com a rua e com o canal (parte mais pública da morada). Na intermediária, há destaque para as janelas, que acentuam a verticalidade das edificações pela proporção alongada (parte privativa à família). A superior recebe o telhado inclinado em duas águas e condiciona a plasticidade das edificações ao receber formas e arremates variados. Entre as diversas possibilidades de frontões, destaca-se o escalonado, frequente na arquitetura residencial das colônias batavas. Destacamos os ganchos e roldanas para içar móveis no centro do frontão, necessários ao perfil afilado das casas, em que não era possível deslocar o mobiliário pelo desenho das escadas (estreita e demasiadamente íngreme).

Princípios para o ordenamento das cidades

Simon Stevin (1548-1620) foi um matemático e engenheiro militar da região de Bruges reconhecido por trazer avanços à técnica e à teoria da produção de fortificações e assentamentos militares. Entre suas produções teóricas, estão tratados como *A Arte das Fortificações* (*De Sterctenbouwing*, 1594), um manual para a construção de fortes; *Pensamentos em Matemática* (*Wisconstighe Ghedachtenissen*, coletânea com textos publicados antes de 1599), com um dos capítulos debatendo a ordem urbana; e o *Castramentatio* (1617), sobre a organização de acampamentos do Exército.

Os textos *Sobre o ordenamento das cidades* (*Vande Oirdening der Steden*, 1600) e *Sobre o ordenamento das partes de uma casa e todos os aspectos relacionados* (*Vande Oirdening der deelen eens huys met 't gheene daer ancleeft*, 1649) foram escritos como partes de um tratado não publicado em arquitetura e construção de cidades. Stevin se baseia em princípios do Renascimento Italiano para traçar uma teoria sobre as cidades e as casas. Ele apresenta o esquema de cidade ideal – questão colocada desde Santo Agostinho no século IV, expandida por Thomas Morus e impulsionada no Renascimento (a partir do século XVI) – tido por Ron van Oers como a principal referência na fundação de assentamentos ultramarinos batavos (Figura 3).

O limite à expansão urbana na cidade ideal de Stevin era o sistema fortificado, como usual no Renascimento e pautado pelos saberes em voga da engenharia militar. Nesse caso, formado por uma muralha retangular com baluartes e contornada por um canal de defesa. A rede de canais internos estruturava o núcleo, formada por uma calha central e duas paralelas, elemento divisor da trama urbana em quatro partes. Pelas condições geográficas e demandas territoriais das Setes Províncias, a relação terra (continente) e água (oceano, rio) passou da condição de obstáculos para se transformar em apropriações e soluções próprias da cultura técnica batava (substrato técnico).

37. Stevin *apud* Oers (2000), p. 81, tradução nossa.

38. Oers, *op. cit.*

Como em Amsterdam, a cidade ideal de Stevin assumiu as águas tanto para o estabelecimento de limites quanto para organizar a expansão urbana e sua circulação interna. Relação explicitada no texto: “em geral, procura-se por solo fértil, localizado no estuário de um longo rio navegável vindo de terras distantes, pois esses locais recebem acesso duplo: um para o mar, outro para a terra”³⁷. A trama urbana é regular com quarteirões quadrados, esquema que permite a flexibilidade e sugere formas de ocupação. Perpendicularmente ao canal principal, no centro do plano, há a distribuição dos principais espaços públicos e arquitetônicos, como a prefeitura, a universidade e a casa real, construindo assim um eixo transversal de importância simbólica e funcional.

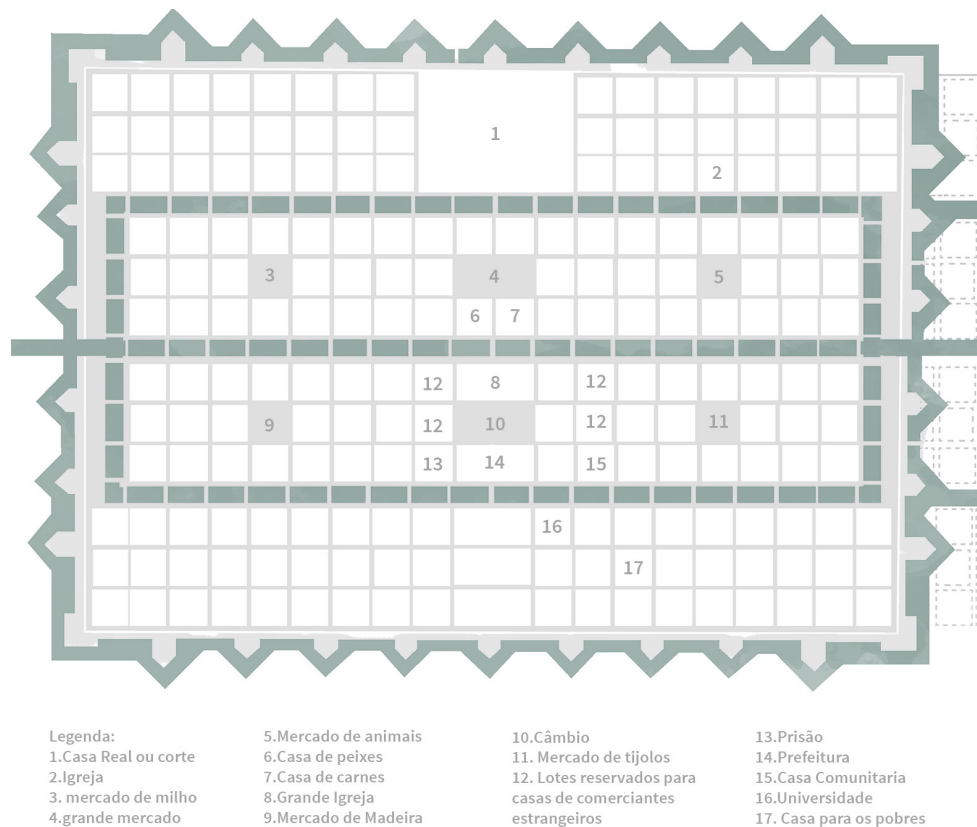


Figura 3 – O plano de cidade ideal de Simon Stevin. Fonte: Desenho elaborado por Jéssica Duarte e Leonardo Nóbrega em 2024, com base em Oers, 2000.

A presença de diversas igrejas reflete a cultura batava, possivelmente ao permitir o uso por religiões distintas.³⁸ Há importância atribuída aos locais de comércio, como o Grande Mercado e o espaço de câmbio, ambos no eixo transversal, ou pelos pontos para compra e venda de mercadorias, distribuídos pela cidade. A dimensão cultural do comércio também surge nos princípios urbanísticos e na forma de outras cidades projetadas pelos batavos.

A colonização como empreendimento

39. Hutter (2005), p. 13-14.

A Holanda seiscentista teve uma atuação significativa na invasão de territórios ultramarinos por nações europeias, com a ação colonizatória se associando às tradições mercantis.

O oceano Atlântico, conquistado e dominado pelos portugueses e espanhóis nos séculos XV e XVI, estará, nos séculos XVII e XVIII, sendo navegado com mais assiduidade pelos holandeses e ingleses e, em parte, pelos franceses, colocando, assim, um término no monopólio dos portugueses na rota do Cabo. Ingleses, holandeses e franceses, não só passaram a fazer concorrência aos portugueses e espanhóis, como também a obstruir a sua navegação, tendo como meta conseguir os grandes lucros obtidos pelos ibéricos.³⁹

Desde a década de 1590, companhias foram criadas para o comércio de especiarias asiáticas em diversas cidades das Sete Províncias. Em 1602, o estado unificou essas associações na *Vereenigde Oost Indische Compagnie* (VOC – Companhia Unida das Índias Orientais), estabelecendo a ação do estado e garantindo a eficiência no comércio por evitar a concorrência intranacional. O êxito da VOC levou ao estabelecimento da *West-Indische Compagnie* (WIC – Companhia das Índias Ocidentais) para o comércio dos produtos do Atlântico.



Figura 4 – Territórios ultramarinos tomados pelos holandeses por meio da VOC ou da WIC. Fonte: Mapa elaborado por Jéssica Duarte e Leonardo Nóbrega em 2022, com base em Oers, 2000.

40. Oers, *op. cit.*

41. Oers, *op. cit.* descreve esse atributo como “*the architectural design of public space*”, indicando a intencionalidade estética e funcional dos holandeses seiscentistas ao projetar, organizar e embelezar as ruas e praças das cidades que fundavam.

As áreas de atuação das companhias eram divididas por um meridiano. A partir da VOC e da WIC foram fundados diversos assentamentos coloniais por todo o mundo (Figura 4). Essas cidades marcavam a presença batava no território e estruturavam uma rede de compra e venda que conectava a produção e o extrativismo no interior do território à atividade portuária.

Os empreendimentos territoriais das companhias eram fortificações, entrepostos comerciais fortificados ou assentamentos urbanos. Não havendo distinções claras entre esses tipos, Oers classificou como assentamentos os que atendem a quatro aspectos a saber:⁴⁰

1. ocorrência de um comissário encarregado do planejamento;
2. construção de grandes estruturas militares, civis e urbanas;
3. presença de organização funcional do assentamento;
4. existência de espaços públicos projetados.⁴¹

Entre os assentamentos fundados pela VOC, estão: Colombo (1656-1796), Batávia (1619-1949; hoje, Jacarta) e Cidade do Cabo (1652-1806). Entre os fundados pela WIC, Willemstad (1634-hoje), Maurícia (1630-1654) e Nova Amsterdam (1625-1664; hoje Nova York).

Relatos de viajantes, literatura histórica e obras pictóricas eram meios de divulgação dos empreendimentos de ambas as companhias e se atrelavam ao desenvolvimento cultural e científico da época. Essa produção se vincula aos ideais descritivos da arte holandesa do período e oferece subsídios para reconhecer os aspectos históricos, artísticos e culturais das terras invadidas e ocupadas pela República das Sete Províncias.

ENTRE CAPIBARIBE E BEBERIBE

O Nordeste ocupado

Entre 1580 e 1640, Portugal esteve sob domínio espanhol, formando a União Ibérica. Até então, portugueses e batavos mantinham relações comerciais e diplomáticas harmônicas, mas os conflitos entre Holanda e Espanha impossibilitaram a continuidade da parceria quando da subjugação lusitana. Devido às restrições comerciais impostas por Filipe IV, os holandeses impulsionaram a ação colonizatória através da invasão de diversos territórios ultramarinos. Os fatores que levaram à escolha do Nordeste brasileiro como foco da WIC foram (1) a condição de possessão lusitana, tornando a América portuguesa um elo frágil

do Império espanhol; (2) os lucros proporcionados pelo açúcar e pelo pau-brasil; (3) o acesso direto ao Oceano Atlântico e (4) a posição favorável ao combate às navegações espanholas no Caribe ou portuguesas no Oriente.⁴²

Ainda que o Governo-Geral, sistema de centralização político-administrativa do Brasil com sede em Salvador, existisse desde 1548, a Capitania de Pernambuco permanecia sob domínio de descendentes do primeiro donatário, Duarte Coelho (1485-1554), com Matias de Albuquerque (1580-1647) no posto de governador no momento da chegada dos batavos, em 1630. Nessa época, a economia de Pernambuco se baseava na produção açucareira. Os engenhos se distribuíam pelo interior da capitania e o açúcar era produzido em latifúndios monocultores por mão de obra escravizada visando ao atendimento ao mercado exterior. Grande parte da população habitava os empreendimentos rurais, que ocupavam o território de maneira extensiva. A esse sistema se vinculava uma rede de aldeias, arraiais, freguesias e vilarejos dispersa e contida junto ao litoral.⁴³

Um desses assentamentos era Olinda, fundada em 1537 e sede da capitania de Pernambuco até a ocupação holandesa. Vila implantada em um relevo acidentado, nos moldes da urbanização lusitana, com as torres das igrejas marcando a paisagem junto ao casario, formado por residências de moradores permanentes e casas de senhores de engenho para temporada.⁴⁴ Seguindo a dicotomia cidade alta e cidade baixa da urbanística lusitana, o Recife ficava na parte baixa, na extremidade sul de um istmo que partia de Olinda, em uma região de mangues. Antes da chegada dos batavos, era um porto ao redor do qual conviviam poucos habitantes em construções esparsas.⁴⁵

Desde o século XVI, Bahia e Pernambuco despontavam como “os dois grandes centros de opulência, econômica e social, os dois grandes portos brasileiros de expressão internacional”⁴⁶. Não surpreende serem essas as duas capitanias escolhidos pelos batavos nas tentativas de ocupar o Brasil. A primeira investida foi em Salvador, em maio de 1624, mesmo ano do início da ocupação na América do Norte. No ano seguinte, na Jornada dos Vassalos, uma armada mista com espanhóis, portugueses e napolitanos retomou o controle da União Ibérica sobre a Bahia.

O ataque seguinte à costa brasileira foi sob o comando de Hendrick Cornelisz Loncq (1568-1634), atingindo Pernambuco em 1630. A resposta dos portugueses foi o abandono quase imediato de Olinda e do Recife, com a resistência nos fortes costeiros durando apenas duas semanas. Até 1632, os batavos se mantiveram no litoral, acreditando que já haviam garantido o controle sobre a produção açucareira. Em contrapartida, a defesa luso-brasileira, como retaliação, visava ao bloqueio de acesso da WIC à várzea do Capibaribe, distrito açucareiro próspero.⁴⁷

Em 1631, após deliberações sobre a possibilidade de fortificar Olinda, os oficiais da WIC decidiram incendiar a vila e ocupar o Recife. Decisão controversa mesmo entre os batavos, mas que simbolizou o domínio territorial.⁴⁸ Após 1632, a luta continuou a se desenvolver por cinco anos numa guerra lenta “de emboscadas”, uma maneira de batalhar com instrumentos disponíveis no território

42. Cabral de Mello (2010).

43. Reis Filho (1968).

44. Loureiro (2012).

45. Gonsalves de Mello (1987).

46. Freyre (2006), p. 342.

47. Cabral de Mello (1975).

48. Gonsalves de Mello, *op. cit.*

49. Puntoni (1992).

50. A expansão começou com a ilha de Itamaracá, em 1633, onde construíram o Forte Orange, seguida por Rio Grande do Norte e Paraíba, em 1634, e pelo Arraial do Bom Jesus (PE), em 1635.

51. Em holandês, *Joban Maurits van Nassau-Siegen*.

52. Wright e Mello (2015), p. 206. *Stadbouder* foi um cargo político na República das Províncias Unidas com funções executivas e militares. O pai de João Maurício de Nassau era primo de Frederico Henrique de Orange-Nassau, príncipe de Orange, *Stadbouder* das províncias de Holanda, Zelândia e Utrecht, entre 1625 e 1647. Entre 1647 e 1650, o cargo foi ocupado pelo filho de Frederico Henrique, Guilherme II de Orange-Nassau.

53. Levy (2008), p. 43. Ao passo que acumulavam capital, foram criadas hostilidades entre os demais grupos populacionais e a comunidade judaica. Esses conflitos levaram à expulsão dos judeus do território brasileiro após a reconquista portuguesa. Deles, 23 chegaram a Nova Amsterdam (Nova York), onde estabeleceram atividades comerciais.

54. Atitude que se diferencia tanto da ação prévia portuguesa quanto da ação batava nas demais colônias. No entanto, não devemos entender a atitude “civilizatória” de Nassau como representante de todo o período e nem subtrair as intenções exploratórias de sua conduta, visto que o rendimento econômico permanecia como principal propósito da WIC.

brasileiro, semelhante às disputas indígenas.⁴⁹ Sem o apoio da União Ibérica, que dedicava maiores esforços a outras iniciativas, a resistência dos antecessores não foi bem-sucedida e a WIC continuou a conquistar territórios do Nordeste.⁵⁰

Em 1637, para garantir o domínio sobre a região, a WIC substituiu o inicial conselho de governo por uma liderança única. O escolhido foi o Conde João Maurício de Nassau-Siegen (1604-1679),⁵¹ tornando-se Governador Geral do Brasil Holandês entre 1637 e 1644.

A Companhia das Índias Ocidentais, uma empresa particular, tornou-se, no decorrer da conquista e do estabelecimento dos holandeses em Pernambuco, pouco a pouco, uma empresa política, chegando a coincidir o momento em que, como governador da conquista, é mandado nada menos que Maurício de Nassau Siegen, exatamente um elemento da família Orange, que estava monopolizando de maneira até hereditária o *Stadbouderato* da Holanda, que era, teoricamente, um posto eletivo.⁵²

Maurício de Nassau foi um nobre nascido no castelo de Dillenburg, cidade do Condado de Nassau-Siegen, parte do Sacro Império Romano-Germânico. Ele possuía uma formação protestante e seguia carreira militar, chegando ao Brasil aos 32 anos. A sua estada em território brasileiro remete à “Era de Ouro do Brasil Holandês”, período caracterizado pelo baixo número de conflitos em curso e pelos investimentos em cultura e construção civil. Nos primeiros meses após a sua chegada, os últimos focos de resistência foram derrotados e o rio São Francisco se tornou a fronteira entre o Brasil holandês e o Brasil ibérico. Para reestruturar a economia, foram promovidos financiamentos para a reforma e reativação dos engenhos de açúcar destruídos, compra de maquinário e comércio de homens e mulheres escravizados de origem africana.

A liberdade religiosa foi uma estratégia ao sucesso da atuação batava no país por permitir a prática do catolicismo aos portugueses, que controlavam a produção açucareira, e por atrair a comunidade judaica à Nova Holanda. Os judeus sefarditas eram agentes na interação entre portugueses e holandeses por terem conhecimento das duas línguas. Essa habilidade, associada à atividade econômica e comercial, levaram a uma participação determinante deles na Nova Holanda, em especial como “financiadores da indústria do açúcar, corretores [...] e exportadores açucareiros”⁵³.

No campo cultural, Maurício de Nassau trouxe ao Brasil um grupo de intelectuais ligados às artes e à ciência, entre eles estavam o poeta Franciscus Plante (1613-1690), os médicos Willem Piso (1611-1678) e Willem van Milaenen (ignoto-1637), o astrônomo Georg Marcgrave (1610-1644), e os pintores Frans Post (1612-1680) e Albert Eckhout (1610-1665). Com isso, formou-se uma nova perspectiva na produção artística e científica colonial, com evidências claras das intenções civilizatórias de Nassau ao encarar o Brasil como possibilidade de expansão cultural e demográfica das Províncias Unidas.⁵⁴

Na Nova Holanda, além dos portugueses que já habitavam a região e dos holandeses e judeus recém-chegados, viviam homens e mulheres negros escravizados e as comunidades indígenas. Apesar dos holandeses da metrópole questionarem a escravidão, a cultura produtiva da colonização portuguesa era determinante à lucratividade açucareira. A WIC e Nassau não apenas permitiam essa prática, como participavam dessa economia.⁵⁵ Apesar do senso comum descrever os batavos como “bons colonizadores”,⁵⁶ eles

Estavam interessados em enriquecer – e enriquecer o mais depressa possível – para olhar os escravos com humanidade. Para os escravos era quase um castigo trabalhar para os flamengos. Trabalhavam todos os dias da semana e nem aos domingos tinham licença para folgar ou para invocar seus orixás. Apesar da proibição do trabalho aos domingos, esta não era respeitada, sobretudo no interior, pelos holandeses.⁵⁷

Na relação com os indígenas, a postura foi diferente para distintos grupos étnicos. De maneira geral, a escravização indígena era proibida e a historiografia indica que os holandeses buscaram estabelecer uma boa relação com os grupos nativos.⁵⁸ Contudo, iniciativas de instrução religiosa calvinista para os povos originários expõem os limites ao ideal de liberdade religiosa pregado na Nova Holanda. Essa liberdade nos parece restrita a grupos europeus e a religiões reconhecidas na República das Províncias Unidas: aos indígenas a catequese foi estimulada e aos escravizados não sobrava tempo para exercer as próprias crenças.

Em 1640, Portugal resgatou a autonomia administrativa e D. João IV (1604-1656), conde de Bragança, foi coroado rei. Na articulação diplomática, a monarquia lusitana estabeleceu um acordo com as Províncias Unidas para o combate à Espanha numa trégua que durou de 1641 a 1651. Essa pacificação levou à redução do investimento financeiro e militar da WIC no Brasil, causando conflitos entre a Companhia e Nassau. Criticado pelas altas despesas, Nassau retornou aos Países Baixos e a sua Era de Ouro findou.⁵⁹

Apesar da paz estabelecida entre Portugal e Holanda, os holandeses continuaram a expandir o domínio territorial no Brasil, reestabelecendo uma atmosfera de conflito militar. Esse fator, associado à revolta de luso-brasileiros que questionavam as cobranças excessivas de empréstimos financiados pela WIC, levou à Guerra da Liberdade Divina (1645-1654). O conflito foi marcado por diversas batalhas distribuídas por todo o território e que deu início à redução da área de influência batava.⁶⁰ Em 1648 e 1649, aconteceram as duas batalhas dos Guararapes. A segunda delas levou à derrota incontestável aos holandeses e a Nova Holanda passou pelos quatro anos seguintes em precariedade. Em 1654, o território foi plenamente reconquistado pelos portugueses e, em 1661, as Províncias Unidas reconhecem a soberania lusitana sobre ele.

55. Houve participação direta de Maurício de Nassau no tráfico negreiro, como indicam Carolina Monteiro e Erik Odegard (2020).

56. Em Pernambuco, são comuns as fabulações sobre como seria o utópico Recife caso houvesse continuidade da Nova Holanda e do governo de Nassau. “Tudo seria diferente se Nassau não tivesse saído daqui”, dizem alguns.

57. Gonsalves de Mello *op. cit.*, p. 188.

58. Gonsalves de Mello, *op. cit.*

59. Cabral de Mello (2010).

60. Puntoni (1992).

61. O rio Capibaribe tem regime temporário na região do polígono das secas e a partir do atual município de Limoeiro, a 77 km de Recife, ele se torna perene. Assim como indicou Freyre (2006), os rios médios eram a principal forma de locomoção ao interior da capitania e funcionavam como sistema de escoamento de mercadorias. Os engenhos se localizavam às margens desses rios. Já o Beberibe possui um curso mais limitado, atingindo apenas o município atual de Camaragibe, a cerca de 24 km da foz.

62. Lira (2019), p. 6.

63. Pieter Post, irmão do pintor Frans Post, foi um arquiteto prestigiado nas Sete Províncias. Desenhou a Casa de Maurício de Nassau (*Mauritsbuis* – c. 1652), em Haia, em parceria com Jacob van Campen (1596-1657).

64. “Não há prova alguma em toda a documentação examinada por nós – cerca de 80 mil folhas manuscritas – da estada de Pieter Post (1608-1668) em Pernambuco. Em 1638 sabe-se que estava na Holanda, com mais precisão em Harleem, onde casou nesse ano com Rachel Ridders” (Gonsalves de Mello, 1987, p. 100). “Apesar de atribuído a Pieter Post tal plano, preferimos deixar como de autoria desconhecida. Ele é fruto do próprio grau de desenvolvimento do urbanismo holandês dos Países Baixos, e decorrente da aplicação em Recife de princípios novos vindos da Europa, com conhecimento dos cartógrafos holandeses e talvez do próprio conde Maurício de Nassau” (Mota Menezes, 1983, p. 341).

65. Mota Menezes (2022, p. 52) afirmava: “Não sabemos o autor da renovação urbana da Ilha de Antônio Vaz. Tem-se atribuído ao engenheiro Pieter Post. Hoje já se aceita

A Cidade Maurícia

A relação com a natureza consolidou o Recife. Em sintonia às recomendações de Stevin, o território escolhido para a capital da Nova Holanda foi no encontro entre o mar, caminho para a Europa, e os rios, percurso ao interior do continente (Figura 5). Em Pernambuco colonial, a várzea do Capibaribe engendrava uma rede de engenhos, com unidades produtivas que se comunicavam através das águas e que, por vezes, usavam do fluxo fluvial na produção do açúcar.⁶¹ No encontro do Capibaribe com o Beberibe, o Recife aconteceu.

O pequeno povoado se ligava à Olinda por um istmo, um “elemento natural de conexão entre as cidades”⁶². Até a chegada dos batavos, era porto e reduto de mercadores portugueses. A área limitada não deu conta da expansão demográfica e precisou ser expandida para Ilha de Antônio Vaz, onde foi projetada a Cidade Maurícia. Apesar da segregação territorial causada pelo corpo d’água, a inauguração da Ponte do Recife, em 1644, viabilizou o trânsito entre os dois espaços, consolidando a unidade do núcleo.

A atribuição da autoria do projeto da Cidade Maurícia ao arquiteto Pieter Post (1608-1669) é controversa e tópico de debates na historiografia.⁶³ Na década de 40, época da primeira edição de *Tempo dos Flamengos*, Gonsalves de Mello dizia que não havia evidências da atuação de Pieter Post no Brasil, argumento reiterado por Mota Menezes, em 1983, quando iniciava a produção de textos sobre o Recife batavo na ótica da arquitetura e urbanismo.⁶⁴ A descoberta por Gonsalves de Mello de uma documentação que indicava a compra de um escravo por Pieter Post no Brasil modificou esse panorama. A historiografia pernambucana passou a entender que sim, o arquiteto havia visitado o Brasil, conhecido o território e desenhado a cidade.⁶⁵ No entanto, ao se estudar a biografia do arquiteto, seria difícil encaixar uma viagem ao Brasil, fator que, associado à ausência de mais registros, estimula questionamentos à atribuição.⁶⁶ Assim, nos alinhamos a tal pensamento, afinal, interessaria ao arquiteto, à WIC e a Nassau a publicização da autoria, sendo improvável tal anonimato.⁶⁷



Figura 5 – Plano de Maurícia. Fonte: Desenho elaborado por Jéssica Duarte e Leonardo Nóbrega, em 2022, com base em Gonsalves de Mello, 1976.⁶⁸

Mais que o vínculo ao profissional célebre, interessa-nos o projeto. E, ao observá-lo, não há dúvida que a Cidade Maurícia foi desenhada: a racionalidade das ruas, o sistema fortificado, os canais... Uma cidade “com traçado inteligentíssimo que ainda hoje surpreende”, como disse Joaquim Cardozo.⁶⁹ O meio urbano da Cidade Maurícia tinha o sistema fortificado (muralhas e fortes) e as águas como limites. Ao passo em que os rios circundantes e os canais internos eram essenciais à defesa, à captação das águas pluviais e ao transporte de mercadorias, também facilitavam os ataques externos, combatidos pelos militares vinculados à WIC a partir de um sistema articulado de fortes, singular na América lusitana.

Os canais eram o eixo regulador da distribuição de quadras na porção sul da Ilha de Antônio Vaz. O *grid* foi disposto de maneira similar ao plano de Stevin, seguindo uma malha ortogonal e criando espaços livres a serem ocupados por mercados.⁷⁰ A primeira parcela da cidade foi o *Groot Kwartier*, às proximidades do Forte Ernesto. A região ao sul, na direção do Forte Frederik Henrik, e separada da inicial por um canal paralelo à Ponte do Recife, é a Nova Maurícia, projeto de expansão do núcleo voltado à habitação dos mais pobres.⁷¹ É interessante contrastar essas quadras da Ilha de Antônio Vaz com as do povoado do Recife, cuja origem lusitana garantiu quadras orgânicas e irregulares, ainda que a ocupação batava tenha multiplicado a demografia.

Os dois espaços se ligavam por meio da Ponte do Recife, um dos mais importantes e polêmicos feitos de Maurício de Nassau, estruturada metade em pedra e metade em madeira. Havia uma segunda ponte ligando a Ilha de Antônio Vaz ao continente, esta em madeira. Os projetos iniciais da Ponte da Boa Vista sugeriam uma continuação direta da primeira, mas ela foi executada em outra localização, à lateral do Palácio da Boa Vista, reduzindo a extensão da estrutura.⁷²

O principal símbolo arquitetônico de Maurícia era o Palácio de Friburgo, cuja monumentalidade era ressaltada a partir do grande espaço público que o circundava. O Jardim de Friburgo indica uma característica paisagística da civilização holandesa ao moldar o espaço natural com intenções de embelezamento. Ele ficava na extremidade norte da Ilha de Antônio Vaz, distanciado do meio urbano e criando um ambiente voltado ao lazer e à contemplação da natureza.⁷³ Havia uma visão privilegiada do palácio aos observadores posicionados no Povoado do Recife ou no istmo e a altura das torres favorecia a sua percepção em diversos pontos da cidade. Já o Palácio da Boa Vista era menos monumental que o de Friburgo e foi construído numa planta quadrada com quatro torres nos vértices e um volume central mais alto. Ele se localizava junto à saída de Maurícia em direção à Várzea e tinha como objetivo “impressionar os visitantes e alertar possíveis invasores”⁷⁴. Desse modo, a arquitetura palaciana evidenciava a atuação de Nassau no Recife seiscentista.

tal autoria diante de pesquisas de Gonsalves de Mello”. Contudo, em grande parte dos textos de historiadores e arquitetos, incluindo alguns do próprio Mota Menezes (2000), se referem ao projeto da Cidade Maurícia como “Plano de Pieter Post”.

66. “O autor do projeto é desconhecido, não sendo certamente o arquiteto Pieter Post (irmão do pintor Frans Post), que nunca veio ao Brasil.” (Reis Filho, 2001, p. 332-333). “Tem-se atribuído a autoria do projeto urbanístico desta área a Pieter Post e de tanto repetir, há mesmo quem afirme que seja dele, em definitivo. [...] O arquivo de Post foi preservado e [...] nenhum papel referente ao projeto foi encontrado. [...] Um argumento mais poderoso a respeito da autoria de outrem é o fato de que Pieter Post nunca veio ao Brasil. [...] O argumento mais importante parece ser a existência de um arquiteto e urbanista em Recife, de nome Frederik Pistor” (Weimer, 2016, p. 126-127).

67. Outras suposições de autoria são apresentadas por Weimer, *op. cit.* e Teixeira Leite (2014).

68. Para debater a disposição territorial do Recife, produzimos uma cartografia a partir do Mapa de Cornélio Golijath (1617-1668), de 1648, e de seu redesenho por Johannes Vingboons (1616-1670). De acordo com Gonsalves de Mello (1976, p. 28): “este mapa de Golijath é, sem dúvida, o melhor mapa do Recife sob o domínio holandês. Melhor, tanto pela representação cartográfica, quanto pela riqueza de informações de interesse para o historiador”. Johannes Vingboons, artista holandês especialista em paisagens e cartografias, o redesenhou em cores, facilitando a leitura. Traduzimos do latim algumas inscrições dos mapas e cotejamos as informações com Gonsalves de Mello

(1976; 1987), Mota Menezes (1988) e Oers (2000).

69. Cardozo (1940), p. 389.

70. Gonsalves de Mello (1987).

71. O *Groot Kwartier* é reconhecido no traçado atual do Bairro de Santo Antônio, como comprovou Mota Menezes (1988), em levantamento produzido a partir do inventário de imóveis realizado pelos portugueses na ocasião da Capitulação do Recife, em 1654. A Nova Maurícia, por outro lado, começou a ser destruída em 1645 pelos próprios batavos como medida protetiva. Na época do inventário, ela não existia mais. Isso impede tanto o reconhecimento de vestígios dessas quadras na configuração atual do Bairro de São José quanto o entendimento do quanto chegou a ser construída.

72. Oers, *op. cit.*

73. Segawa (1996).

74. Oers, *op. cit.*, p. 146, tradução nossa.

75. Weimer (2012), p. 156.

76. Oers, *op. cit.*, p. 143, tradução nossa.

77. Mota Menezes (1983), p. 325.

78. Lago e Lago (2006).

79. A maior coleção de telas de Post está no Instituto Ricardo Brennand, em Recife, mas suas obras são encontradas em diversas outras instituições pelo Brasil e pelo mundo. Pedro e Maria Beatriz Correia do Lago (2006) reuniram a produção do artista em um *catalogue raisonné*; e Daniel Vieira (2019) oferece uma leitura dessa iconografia a partir da História Social. Hoje, nossa pesquisa se direcionou à catalogação e sistematização de imagens de Recife e Olinda da fundação à

Quanto à arquitetura civil, havia um hibridismo de características típicas das produções portuguesa e holandesa. Apesar dos frontões escalonados aos moldes batavos e do inútil guincho para o transporte de móveis ao centro de habitações térreas, Gunter Weimer destaca que:

Os frontões escalonados de feição batava não apresentam a verticalidade das construções na Holanda, e o fato de os prédios estarem geminados mostra que os postulados germânicos vigentes nos Países Baixos no que se refere à obrigatoriedade do afastamento lateral dos prédios entre si não foram integralmente respeitados.⁷⁵

Essa diferença se dá, claro, pela presença portuguesa, já que grande parte dos habitantes da região permaneciam com costumes lusos e a administração da WIC era favorável à diversidade cultural. Quanto ao povoado, Ron van Oers comenta que “a demanda por espaço no istmo levou ao surgimento de fachadas altas e casas próximas similares às holandesas, derivando de condições similares e adaptadas às necessidades locais”⁷⁶. Também sobre a arquitetura dessas casas, José Luiz Mota Menezes comenta que

Juntas, moradias com características flamengas e portuguesas. As moradias portuguesas, com telhados em quatro águas, balcões e esquadrias em madeira, sem uso do vidro, são semelhantes àquelas observadas em outras partes do Brasil [...]. As casas flamengas, em cobertura de duas águas, trazem à frente a empena em degraus, usual nos Países Baixos.⁷⁷

A despeito de afirmações categóricas, havia uma arquitetura particular ao contexto recifense e um inédito hibridismo luso-holandês com limitações espaciais e temporais, reduzindo essa produção à condição de pontualidade na história da arquitetura.

Palácios, fortes e pontes

Além de resultado de um impulso artístico e criativo, as pinturas de paisagem nos territórios ultramarinos divulgavam aos europeus as conquistas dos impérios mercantis. Na comitiva de artistas e cientistas de Maurício de Nassau, se destaca o pintor Frans Post. De acordo com Pedro e Maria Beatriz Corrêa do Lago, ele “não só é o primeiro pintor da paisagem brasileira, mas também o primeiro paisagista das Américas. Ele ocupa, para a arte brasileira, uma posição de importância primordial como primeiro artista estrangeiro a descobrir nossa paisagem”⁷⁸.

Em suas pinturas, há interesse pela paisagem natural da Mata Atlântica e fascínio pelas ruínas de Olinda, destruída após o incêndio. O conjunto de telas oferece um panorama pictórico do Nordeste brasileiro, tanto de engenhos de cana de açúcar e igrejas arruinadas quanto de elementos da natureza.⁷⁹ Em número

menor, estão as ilustrações de Maurícia, testemunhos da paisagem desse assentamento urbano. Partimos de três ilustrações de Post que compõem o livro de Gaspar Barléu, com títulos *Mauritiopolis*, *Friburgum* e *Boa Vista* (Figuras 6, 7 e 8).⁸⁰

Capitulação do Recife. Ela vem sendo conduzida em mestrado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, com orientação do professor Hugo Segawa.

80. Barlaeus (1980).

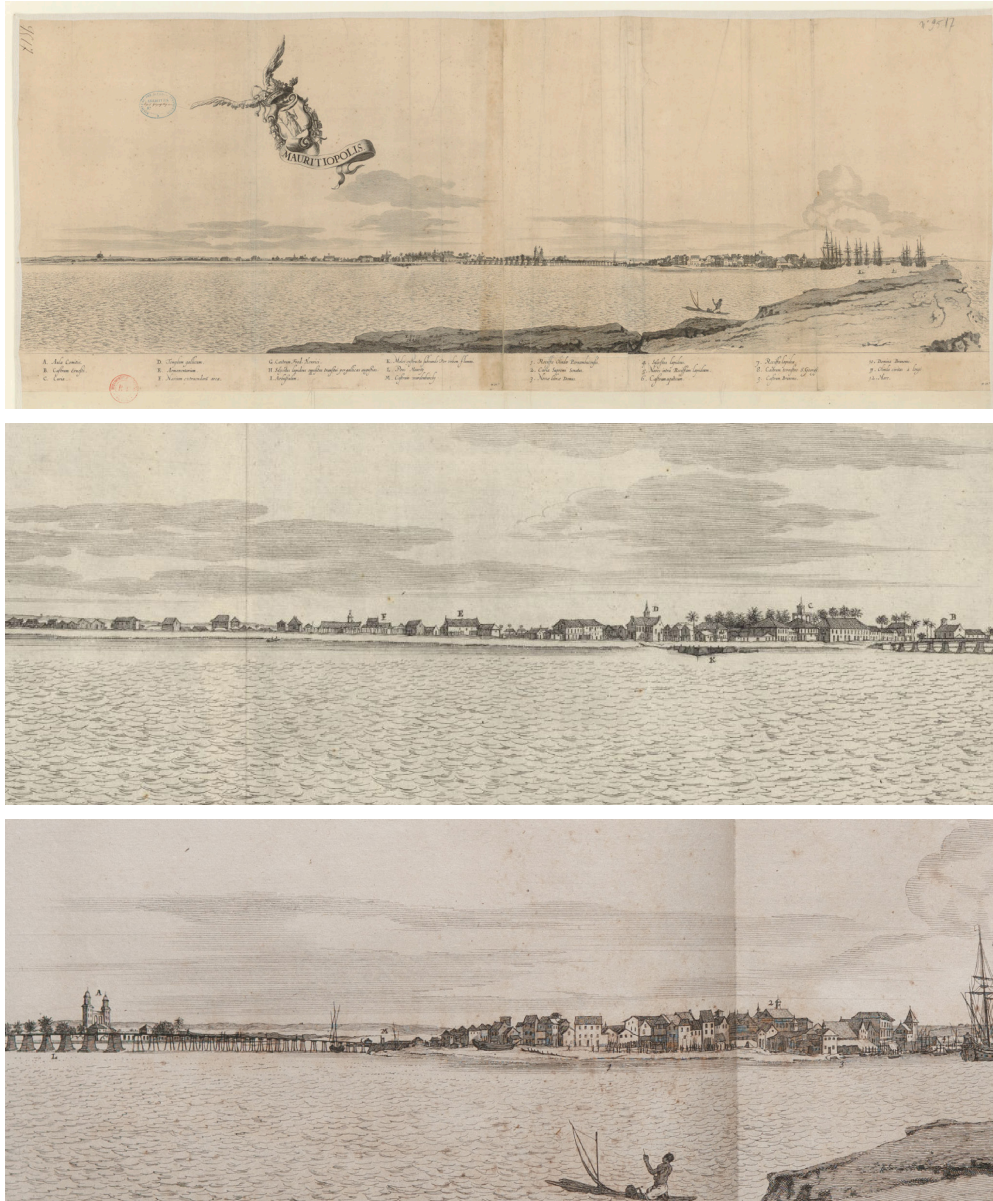


Figura 6 – *Mauritiopolis*, Frans Post, 1648 e aproximações. Fonte: Wikimedia Commons.

Em *Mauritiopolis*, vemos uma panorâmica ampla do conjunto urbano de Maurícia (Figura 6). A imagem retrata o início 1644, quando a Ponte do Recife estava concluída, a Nova Maurícia existia e Maurício de Nassau estava no Brasil, pois o livro de Barléu era uma publicidade à atuação do Conde. A tela evidencia a

81. O *Paradigma da Formalidade* foi proposto por Frederico de Holanda (2002) a partir do reconhecimento de espacialidades construídas com o intuito de atingir determinados aspectos visuais, como no caso de Friburgo – caráter simbólico ou monumental. A ideia contrária é o *Paradigma da Urbanidade*, caracterizado por variedade edilícia e densidade construtiva.

relação entre a Ilha de Antônio Vaz e o Istmo de Olinda, com a ponte ocupando a porção central. O povoado do Recife era mais verticalizado e os telhados das casas eram muito inclinados, se assemelhando ao modo de produzir holandês. Apesar da Cidade Maurícia compreender uma área maior e reunir diversos edifícios simbólicos, como a Igreja Francesa, o Palácio da Boa Vista e o Palácio de Friburgo, o povoado a leste permanecia como centro focal da urbanidade, área já consolidada e densificada. À esquerda, é possível perceber uma variação de tipos edilícios no sentido sul, onde se tem a Nova Maurícia como uma região de expansão ainda em fase de ocupação.

O Palácio de Friburgo ocupa o centro da composição, realçado tanto pela verticalidade como pelo isolamento em relação a outras edificações no entorno próximo. Era um elemento que reforçava a imagem do Conde e a presença local dos batavos: até nas vistas de Olinda, as torres apareciam ao fundo. Na *Mauritiópole*, o restante da cidade contrasta com a formalidade espacial de Friburgo.⁸¹ O conjunto urbano densificado e diverso reunia uma variedade tipológica e de usos formando uma paisagem plural. Outras edificações simbólicas como o Forte Ernesto, a cúria e a Igreja Francesa se inseriam em meio ao traçado urbano.

A Ponte do Recife foi construída metade em pedra e metade em madeira, marca dos obstáculos financeiros atravessados durante a construção. Ela só foi terminada devido a iniciativa pessoal de Nassau, para quem a conclusão da obra passou a ser um compromisso inquestionável. A presença central na imagem reflete esse caráter e, assim como as torres de Friburgo, é signo da figura do conde. Na extremidade direita da ilustração, há a movimentação do Porto do Recife, semelhante às representações de Amsterdam. Nela, observamos a chegada e partida de diversas embarcações: uma sobreposição visual que sugere a simultaneidade das atividades mercantis.



Figura 7 – *Friburgum*, Frans Post, 1648. Fonte: Wikimedia Commons.

Na ilustração *Friburgum* (Figura 7), observamos as intenções paisagísticas na implantação do Palácio em meio aos jardins e em diálogo com as águas. A sequência de palmeiras cria um ritmo de elementos verticais em meio ao horizonte e harmoniza com as duas torres. A excentricidade dessa vegetação à época, associada à também excêntrica arquitetura, era mais uma maneira de distinguir o território recifense como capital da Nova Holanda. A vista ilustrada representa a paisagem observada a partir do istmo, destacando a imagem da Casa do Governador como era vista pelo povoado ou no caminho a Olinda. As extremidades dessa ilustração estão ocupadas pelo Forte Ernesto e pelo Forte Waerdenburch, construções horizontais e discretas, principalmente quando postas ao lado do Palácio de Friburgo.

O Palácio da Boa Vista ficava na saída de Maurícia, em direção à várzea do Capibaribe (Figura 8). Assim como na ilustração do Palácio de Friburgo, nos deparamos com uma cena menos urbana que a *Mauritiópolis* e com uma movimentação menor que a do Porto do Recife. Importante detalhe é que, mesmo em ponto de vista oposto, o Palácio de Friburgo e a Igreja Francesa continuam a aparecer. Essa ilustração indica a forma de ocupação da Ilha de Antônio Vaz. Enquanto percebemos o adensamento do *Groot Kwartier*, com edificações mais altas e próximas, a área ao sul, desenhada à direita da ilustração, estava em processo inicial de ocupação. Como o governo de Maurício de Nassau durou pouco mais de seis anos (1637-1643) e após a sua saída houve o início dos conflitos que acarretaram a destruição da cidade, podemos supor que esse estágio não foi muito ultrapassado e que esta, assim como as outras duas ilustrações, refletem o apogeu desse assentamento urbano.



Figura 8 – *Boa Vista*, Frans Post, 1648. Fonte: Wikimedia Commons.

Outra documentação iconográfica importante produzida por Post é a *Vista da Cidade Maurícia e do Recife* (Figura 9). Nela, a ocupação do *Groot Kwartier* estava em estágio inicial, sem Palácio de Friburgo nem Ponte do Recife. O povoado, à esquerda na imagem, surge adensado e, aparentemente, consolidado. A imagem é uma vista superior do Terreiro dos Coqueiros, no centro da Cidade Maurícia e às proximidades do Forte Ernesto.



Figura 9 – *Vista da Cidade Maurícia e do Recife*, Frans Post, 1657 e aproximação. Fonte: Wikimedia Commons.

A imagem costuma ser referenciada por textos que se debruçam sobre a arquitetura da Nova Holanda. O hibridismo arquitetônico entre produção portuguesa e batava surge da flexibilidade da WIC em aceitar a cultura portuguesa já estabelecida ao se inserir na rede mercantil açucareira. Há características singulares da produção ibérica, como muxarabis, em arquiteturas de frontão escalonado, e nela está representado um guincho para içar móveis em uma casa térrea: ausente de funcionalidade para além da referência estética e cultural.

Como estabelecido por Oers, o embelezamento das ruas era característica dos assentamentos urbanos coloniais das Sete Províncias.⁸² Tal intencionalidade pode ser percebida com as palmeiras ainda jovens delimitando o eixo da passagem que provavelmente viria a se tornar o Terreiro dos Coqueiros, um dos principais espaços públicos da cidade.

A aquarela da primeira morada de Maurício de Nassau no Recife foi produzida por Zacharias Wagener (1614-1668), funcionário da WIC que produziu o *Thier-Buch*, diário aquarelado com desenhos de animais, alimentos e grupos étnicos do Recife (Figura 10a). Nessa tela, há uma construção curiosa: uma arquitetura luso-brasileira com um observatório sobre o telhado. Além de marco arquitetônico, tal artefato simboliza o incentivo de Nassau à ciência. Essa casa se localizava próxima a cabeceira da ponte na Ilha de Antônio Vaz e foi ocupada pelo conde até a mudança para Friburgo. Associada ao complexo e em posição posterior, está uma arquitetura com telhado inclinado, talvez influência batava.

Uma segunda tela de Wagener representou o mercado de escravos na Rua dos Judeus no Povoado do Recife, atual Rua do Bom Jesus (Figura 10b). Um retrato das distinções sociais em meio aos sobrados lusitanos: alguns homens brancos, vestidos segundo a indumentária europeia, se dirigem a figuras negras indistintas, amontoadas, nuas, às quais não era indicada a individualidade. Comunidade tratada sem humanidade e representada como tal. Abaixo da tela, vemos um homem branco se dirigir com agressividade para um grupo de pessoas negras. Mais à frente, outro avalia as condições corpóreas de um garoto. Há a presença de um indivíduo trabalhando ao transportar um cesto, elemento importante pois demonstra a presença da mão de obra escravizada no meio urbano. A tela se contrapõe à confraternização representada por Frans Post na *Vista da Cidade Maurícia* e do Recife. As diferentes etnias não convivem em harmonia, mas em uma dominância e submissão, dinâmica mais condizente à realidade brasileira da época.

83. O termo *Manhattan* tem origem na língua *munsee*, um dos dialetos algonquinos falados pelos povos indígenas do vale do rio Hudson. A palavra aparece registrada pela primeira vez em fontes europeias da expedição de Henry Hudson, em 1609, com variações como *manabata* e *manabatin*. A origem e possíveis significados do termo são debatidos em Goddard (2010).

84. A WIC ainda não havia sido fundada.

85. Investidas europeias marcaram o século XVII na América do Norte. Em 1650, havia avanços expressivos de ingleses, holandeses, franceses, espanhóis e suecos, situação que veio a se modificar, posteriormente, com a expansão do domínio inglês.



Figura 10 – (a) *Casa de Sua Excelência*, Zacharias Wagener. Fonte: Wikimedia Commons. (b) *Mercado de Escravos no Recife*, Zacharias Wagener. Fonte: Wikimedia Commons..

Assim, o conjunto das vistas de Maurícia permite uma compreensão abrangente da construção visual dessa cidade. Percebe-se, a partir da visão dos pintores, princípios vinculados ao ordenamento urbano batavo associados à realidade pernambucana seiscentista. Ao analisar as representações de paisagem, se entende quais os paradigmas culturais que são movimentados ao descrever visualmente o Recife. Alguns de seus aspectos, tanto materiais quanto sociais, são valorizados em detrimento de outros. Criava-se uma imagem de dominância da cultura batava e de exaltação do processo de colonização.

SOBRE A ILHA DE MANHATTAN⁸³

Um território mercantil

A história de Nova Amsterdam começou na procura por novas rotas às Índias. A área, inicialmente habitada por nativos da tribo Lenape, foi encontrada pelo inglês Henry Hudson (1565-1611) em 1609, comandante de uma expedição da VOC.⁸⁴ A navegação atingiu a costa leste do atual território norte-americano e seguiu pelo Rio Hudson, cujo nome remete ao explorador. O desejado caminho ao Oriente não foi encontrado, mas a região foi reivindicada pelos holandeses e virou ponto para o comércio de peles e base militar das Províncias Unidas no Novo Mundo.⁸⁵

O evento seguinte a marcar a presença holandesa na América do Norte foi o desembarque de 30 famílias de imigrantes batavos em 1623, a bordo do navio *Nieu Nederlandt*, iniciando a ocupação colônia. Imigrantes se distribuíam por todo o território reivindicado pelas Províncias Unidas: do Rio Delaware ao Connecticut. Entre 1624 e 1625, mais seis navios saíram da Holanda em direção à América do Norte com imigrantes e suprimentos.⁸⁶ O primeiro assentamento foi no Fort Orange, hoje Albany, e o início da ocupação da Ilha de Manhattan, na foz do rio Hudson, viria apenas em 1624. Em 1625, Cryn Fredericksz (ignoto-ignoto), engenheiro, recebia as instruções para a construção do Forte Amsterdam. Nova Amsterdam foi fundada em 1626 e no mesmo ano recebeu famílias que antes estavam no Fort Orange e às proximidades do Rio Delaware.⁸⁷ Um marco foi a “compra” de Manhattan por Peter Minuit (1590-1638) em 1626 dos Lenape, povo que se tornou aliado e contribuiu à sobrevivência dos holandeses no território norte-americano.⁸⁸

A atuação da WIC é essencial ao entendimento desta colônia.

[...] os Novos Países Baixos eram a propriedade de uma companhia e uma operação comercial, gerida com vista à produção de lucro pelos diretores da WIC. O intento da firma era lucrar para os investidores que haviam comprado participação na companhia. A WIC pagava indivíduos, como médicos e artesãos, para se mudar para os Novos Países Baixos e enviava soldados assalariados para a proteção militar dos assentamentos.⁸⁹

As leis eram produzidas por funcionários da Companhia e ela controlava todo o comércio internacional dos produtos cultivados e encontrados na colônia, retendo parcela significativa do lucro. Nessa máquina mercantil, o Diretor Geral era a principal figura administrativa.

Como os custos operacionais da expansão territorial eram expressivos, a WIC adotou o Plano de Patrocínio (*Patroonship Plan*) em 1628. A ideia era atrair mais colonos para o território sem elevar custos: os patronos receberiam os direitos de exploração de grandes territórios e, em contrapartida, levariam imigrantes às próprias custas. Não houve adeptos, pois a Companhia manteve o monopólio da pesca e do comércio de pele, anulando a atratividade do acordo. O programa foi flexibilizado um ano depois após a autorização ao comércio dessas mercadorias com a Virgínia e a Nova Inglaterra, mediante o pagamento de taxas. Ao atrair o interesse de mais indivíduos, novos assentamentos começaram a ser construídos. Se iniciava a rede mercantil e produtora de matriz holandesa em interação com outras colônias norte-americanas.

Essa estratégia de ocupação permitiu o controle de uma ampla área da América do Norte durante parte do século XVII. É nesse sentido que Burrows e Wallace nos informam que os Novos Países Baixos

86. Jordan (1997).

87. Paltsits (1924).

88. A transição comercial, que angariou *status* historiográfico, é hoje questionada. Os povos originários não compreendiam a troca que estava sendo efetuada, como argumenta o Museu da Cidade de Nova York, na página da *web* sobre Peter Minuit.

89. Jordan, *op. cit.*

90. Burrows; Wallace (2000), p. 24-26, tradução nossa – Vestir e curar (*dress and cure*) eram processos feitos pelos nativo-americanos para conservar e preparar as peles.

91. Krizner e Sita (2001).

92. Plunz (1990).

93. Jordan, *op. cit.*

94. Janssen (2014), p. 17, tradução nossa.

Não eram um canteiro para transplantar a cultura batava ao novo mundo. Não eram uma oficina ou uma plantação para a produção de mercadorias. Eram, pura e simplesmente, um lugar onde produtos europeus manufaturados e baratos (facas, machados, cobertores, panelas de ferro, pregos) poderiam ser trocados por itens do local de origem (peles vestidas e curadas) que iriam obter um bom preço.⁹⁰

Peter Stuyvesant (1610-1672) foi escolhido em 1647 como o quinto (e último) Diretor Geral da colônia e administrador de Nova Amsterdam. Assim como havia feito no Brasil, a WIC procurou uma personalidade forte para gerir o empreendimento e aprimorar Nova Amsterdam, onde as condições de habitabilidade eram precárias.⁹¹ Natural da Senhoria de Frísia, no norte das Províncias Unidas, era parte de uma família calvinista e muito religiosa. Em 1630, ele atuou como agente comercial em Fernando de Noronha, na costa brasileira, e havia participado de operações contra os portugueses.

Em 1635, foi transferido para Pernambuco, onde permaneceu até 1638, quando passou a atuar em Curaçao, no Caribe. Aos 30 anos, se tornou o governador dos territórios de Curaçao, Aruba e Bonaire. Stuyvesant, apesar de jovem, era um dos oficiais da WIC mais bem sucedidos no Novo Mundo. Em Nova Amsterdam, expandiu os investimentos na cidade, o incentivo à construção civil e a busca por um ambiente urbano com um caráter *mais holandês* (a partir da legislação).⁹² Esse foi o auge do domínio holandês na América do Norte.

A maior parte dos colonos era de homens comerciantes ou fazendeiros.⁹³ Como as Províncias Unidas eram uma pequena nação em processo de consolidação, não havia uma população grande o suficiente para ocupar todos os seus territórios ultramarinos e eram comuns imigrantes de outras etnias em suas colônias.

Por volta de 1650, no máximo, metade dos homens europeus na pequena cidade de Nova Amsterdã, em Manhattan, vinha da República Holandesa. É significativo que os primeiros colonos a se estabelecerem na chamada Nova Holanda foram famílias valões das proximidades de Valenciennes e Roubaix. Eles viajaram para o novo mundo através do porto de trânsito de Amsterdã. Nesses primeiros anos, portanto, o orgulhoso nome de Nova Amsterdã escondia uma Nova Valônia predominantemente francófona.⁹⁴

Era elevado o número alemães, suecos e finlandeses após 1639, além de grupos expressivos de ingleses vindos de *Long Island* ou da região do Rio Connecticut. A eles, somavam-se africanos escravizados e a comunidade judaica. Tais grupos recém-chegados interagem com os nativo-americanos. Essa relação impactou a forma de ocupação do território, pois após prejuízos causados por uma guerra interna entre as tribos Mahican e Mohawk, em 1625, a WIC decidiu reduzir o número de assentamentos e reunir grande parte da população em *Nieuw-Amsterdam*. Apesar disso, o comércio de peles continuava a ser estabelecido diretamente com as tribos indígenas.

Em Nova Amsterdam predominava o calvinismo entre os comandantes da WIC e, diferentemente do Brasil, as políticas de tolerância eram menos abrangentes, mas não, por isso, regimes comparáveis ao rigor do catolicismo nas colônias espanholas e portuguesas em época da Inquisição. O privilégio calvinista causou tensão na relação entre a WIC e os luteranos germânicos e escandinavos, resolvida através de ajustes no catecismo luterano.⁹⁵ A imigração dos grupos de judeus brasileiros para Nova Amsterdam levou a mais um momento de tensão religiosa. A WIC exigia a segregação desse grupo do restante da população e a comunidade judaica não recebeu permissão para construir uma sinagoga, como haviam feito em Maurícia. Mas, pelo prestígio que detinham nas Províncias Unidas, foram autorizados a viver o judaísmo no ambiente doméstico, de modo que havia até judeus oficiais da WIC.

A história religiosa dos Novos Países Baixos reflete uma tensão entre as necessidades do comércio, que ditavam uma leve política de tolerância, e as necessidades do clérigo Reformista, cuja presença na colônia levava a Companhia a empreender esforços no sentido da uniformidade religiosa. Era uma tensão familiar aos batavos.⁹⁶

Apesar de existir interesse dos calvinistas na catequização, o comércio era a intenção primeira da Companhia e a variedade de crenças tornava-se uma estratégia para garantir a exploração do território. Foi construído um ambiente particular no que tange às expressões de religiosidade e aos vínculos culturais. De acordo com o Padre Isaac Jorges (1607-1646), um jesuíta francês que visitou os Novos Países Baixos no século XVII:

Na ilha de Manhattan, e em seus arredores, pode haver quatro ou quinhentos homens de diferentes seitas e nações: o Diretor Geral me disse que havia homens de dezoito línguas diferentes; eles estão espalhados aqui e ali no rio, acima e abaixo, como a beleza e a conveniência do local convidaram cada um a se estabelecer.⁹⁷

Foram registrados homens e mulheres de origem africana sendo explorados num sistema de produção escravista. Inicialmente, justificado pelo questionamento moral das Províncias Unidas quanto à escravidão, a WIC não investiu em escravizados na colônia norte-americana. Se estabelecia um sistema que privilegiava o trabalho assalariado, visto, inclusive, como mais vantajoso economicamente pelos batavos.

Após o fim da União Ibérica e das exigências de exclusividade comercial entre Espanha e Portugal, a Holanda se tornou ativa no tráfico negreiro e o número de escravizados passou a crescer, ainda que não se aproximasse da realidade brasileira. Quando existente, a comunidade escravizada vinha do contrabando de navios negreiros espanhóis ou portugueses, ou pelo tráfico corrente no território inglês da Virgínia. Além dos africanos, havia nativo-americanos e navegadores portugueses ou espanhóis sob condição de escravidão.⁹⁸ A maior parte pertencia

95. Burrows; Wallace (2000).

96. Rink (1986), p. 228. Tradução nossa.

97. Jorges apud Jordan, *op. cit.*, tradução nossa.

98. Burrows; Wallace, *op. cit.*

99. Jordan, *op. cit.*

100. Rink (1986). Tradução nossa.

101. Burrows; Wallace *op. cit.*, p. 23, tradução nossa.

102. Koepfel (2000).

103. Cabe ressaltar a diferença de escala entre as ilhas de Antônio Vaz e Manhattan. Enquanto Antônio Vaz possuía cerca de 0,5 km², Manhattan possui 50 km². A área ocupada por Nova Amsterdam à época era de 0,24 km².

à WIC, que aplicava a mão de obra escrava nos serviços público, militar e agrário. Na Nova Amsterdam, não surpreende que os escravizados ocupassem áreas mais precárias.

Os Novos Países Baixos tiveram duração limitada. Entre 1652 e 1654, ingleses e batavos estavam em guerra. A hostilidade permaneceu entre os dois países e em 1664, Charles II (1630-1685), Rei da Inglaterra, anexou os Novos Países Baixos como província britânica, tornando o seu irmão, James (1633-1701), Duque de York e Albany, seu proprietário. Foram iniciados ataques e, no mesmo ano, Peter Stuyvesant rendeu o Forte Amsterdam, seguido pelo Forte Orange. Tanto a cidade quanto colônia foram renomeadas como Nova York, o Forte Amsterdam virou Forte James e o Forte Orange se tornou Forte Albany. Iniciava-se a Segunda Guerra Anglo-Holandesa (1665-1667) que resultou no Tratado de Breda, quando os batavos deixaram de reivindicar a província e receberam o território do Suriname.⁹⁹

Pouco restou do passado holandês em Nova York, ela

[...] passou por um doloroso e (sob certo ponto de vista) politicamente violento processo de anglicização nas duas décadas seguintes à conquista dos Novos Países Baixos. Não obstante, a anglicização de Nova York foi surpreendentemente rápida, particularmente no comércio; em menos de uma geração o empreendimento comercial holandês foi suplantado.¹⁰⁰

Assim como Maurícia, Nova Amsterdam se tornou um passado distante. Resgatar a sua paisagem através das iconografias é uma possibilidade de expandir a compreensão cultural do meio urbano.

Uma nova Amsterdam

[A Ilha de Manhattan] era um local atraente porque os agentes da empresa poderiam supervisionar o fluxo de comércio do Vale do Hudson e de Long Island. Era grande o suficiente para a empresa manter suas próprias fazendas e rebanhos para abastecer o acampamento.¹⁰¹

A implantação da cidade sobre uma ilha, assim como em Maurícia, é associável ao princípio de Simon Stevin da relação entre o urbano e as águas, favorecendo a vocação da cidade como entreposto comercial. No caso de Nova Amsterdam, trabalhava-se com uma rede mercantil em formação, construída pelos batavos e apoiada no percurso do Rio Hudson, com o Forte Orange também às suas margens, a 220 quilômetros ao norte de Manhattan. A extremidade sul da ilha apresentava uma morfologia familiar aos batavos: território pantanoso, em contraste à massa rochosa ao norte.¹⁰² Ainda que a ocupação territorial no século XVII não se estendesse por toda a ilha, a escolha da porção sul foi uma atitude consciente – próprio ao substrato técnico dos batavos – e essencial à configuração urbana.¹⁰³

Houve um plano urbanístico não executado e entregue pela WIC ao oficial Willem Verhulst (ígnoto-ígnoto).¹⁰⁴ Havia instruções prevendo a distribuição de lotes, inserção de arquitetura civil de grande porte e construção das fortificações, com ideias que se aproximavam muito mais às cidades coloniais ibéricas do que aos postulados de Simon Stevin.¹⁰⁵ A cidade terminou se desenvolveu organicamente, sem se apoiar no projeto (Figura 11).

Os limites à expansão de Nova Amsterdam eram as águas e a muralha. A via *Heeren Straat* era o principal eixo estruturador da forma urbana tanto pela grande dimensão, quanto pela continuidade ao norte da ilha, tornando-se um eixo viário para o fluxo de mercadorias. O Forte Amsterdam despontava como ponto focal, pois as principais vias o tinham como extremidade e uma ampla área livre o circundava. No entanto, não há uma organização formal plena do espaço para recebê-lo, ou seja, não era uma área de intencionalidades simbólicas (como o Palácio de Friburgo em Maurícia). A inserção do Forte em meio ao vazio urbano era mais uma consequência das dinâmicas de ocupação adotadas que um recurso para a organização espacial da paisagem.



Figura 11 – Nova Amsterdam, c. 1660. Fonte: Desenho elaborado por Jéssica Duarte e Leonardo Nóbrega, em 2022, com base no *Castello Plan*.¹⁰⁶

O traçado urbano se dispunha de maneira irregular com quadras em grandes dimensões, especialmente quando comparadas ao Povoado do Recife ou à parte antiga de Amsterdam. Com exceção às parcelas próximas ao forte, centro funcional da cidade, o restante da ocupação aconteceu por meio de amplos lotes com casas próximas às ruas, sem contiguidade entre as construções. Formaram-se, desse modo, grandes propriedades e se estabeleceu uma organização espacial mista, com características urbanas e rurais.

104. Apesar de surgir com intenções mercantis, ter a WIC como empreendedora, sítio previamente determinado e tempo determinado de fundação, Nova Amsterdam não foi uma cidade nova segundo os atributos propostos por Trevisan (2020), pois não houve um projeto urbanístico de conjunto nem a atuação de profissional em seu desenho. Apesar disso, o debate sobre a presença ou ausência de tais características nos ajudou a entender a consolidação do assentamento.

105. Hurk (2015).

106. A primeira cartografia do núcleo urbano de Manhattan e única do período holandês é o Mapa de Castello (*Castello Plan*), produzido em 1660 por Jacques Cortelyou (1625-1693) e intitulado originalmente como *Imagem da Cidade de Amsterdam nos Novos Países Baixos (Afbeelding van de Stadt Amsterdam in Nieuw Neederlandt)*. Essa é a nossa principal referência para a descrição dos meios físico e urbano desse assentamento. De maneira associada à documentação iconográfica, foram estudados os mapas georreferenciados e representações tridimensionais do projeto *Mapping Early New York*, disponibilizados pelo *New Amsterdam History Center*.

Havia um canal que levava água ao interior de Nova Amsterdam. Apesar de, em determinado ponto, ele originar outro canal menor e perpendicular, este artifício não gerou uma rede de canais articulada como propuseram em Maurícia ou fartamente presente em Amsterdam. Também não havia canais acompanhando a muralha de limite da cidade. Contudo, a presença dessa infraestrutura demonstra a aplicação, ao menos em parte, da tradição construtiva batava. A tempo, ressaltamos a presença de algumas pequenas pontes para possibilitar as travessias aos canais.

O porto se concentrava nas proximidades dos diques, na face sudeste do núcleo urbano, próxima à entrada dos canais. Tanto o centro da cidade de Nova Amsterdam quanto o Povoado do Recife, as regiões portuárias foram os espaços iniciais da ocupação e estavam consideravelmente mais adensados que outras áreas das cidades.

A arquitetura de Nova Amsterdam era predominante residencial ou comercial de pequeno porte. As casas eram, majoritariamente, residências de até dois pavimentos com telhado inclinado e chaminés, indicando presenças de lareiras. Em alguns casos, eram construídos frontões escalonados ou com curvaturas. A maioria das construções, construídas em tijolos ou madeira, possuía recuos laterais e grandes quintais posteriores. No geral, a cidade possuía uma feição batava a partir das características morfológicas de sua arquitetura residencial, mas não se assemelhava diretamente à Amsterdam adensada e permeada de canais. Ela poderia ser mais facilmente comparada a cidades interioranas dos Países Baixos.

Como marcos da presença batava, diverso aos símbolos nassovianos de Maurícia, estavam os moinhos de vento a oeste do Forte Amsterdam, construídos devido à produção de pães pela WIC, que monopolizava o comércio do produto. Essa cultura assumiu grandes proporções e chegou a interagir com o mercado externo, além de se tornar representativa de uma tradição econômica que permaneceu no território novaiorquino após o fim de Nova Amsterdam.¹⁰⁷

Por fim, ressaltamos a presença de espaços ajardinados dispostos nas proximidades da casa de Peter Stuyvesant e nos jardins da WIC. Mais uma evidência da preocupação batava com a paisagem dos assentamentos ultramarinos, reiterando a estética do espaço público como um dos princípios da fundação de assentamentos coloniais pelos batavos.

As casas e o forte

O investimento em Nova Amsterdam foi menor que em Maurícia, realidade refletida nas representações pictóricas. Não houve, nos Novos Países Baixos, uma figura proeminente na pintura como foi Frans Post para a Nova Holanda. No entanto, existem gravuras e pinturas com autoria diversa que podem ser analisadas.

A mais conhecida é a paisagem produzida por Johannes Vingboons (1616-1670) que representa Nova Amsterdam vista da foz do Rio Hudson (Figura 12).

A cidade ainda não possuía canal, talvez por ser em período inicial de ocupação. Havia sequências de casas semelhantes e soltas no lote em pontos distintos da cidade. Tais agrupamentos eram permeados por espaços vazios, de maneira consonante à espacialidade dispersa descrita na cartografia.



Figura 12 – *Vista de Nieuw-Amsterdam*, Johannes Vingboons, 1664. Fonte: Wikimedia Commons.

O Forte Amsterdam se destacava na paisagem, com uma de suas construções internas com altura mais expressiva que as demais edificações da cidade. O moinho é representado em todas as iconografias em destaque. Por sua altura e formato, era visto de diversos pontos da cidade. O porto de Nova Amsterdam estava em fases de consolidação, com equipamentos e um dique ao centro da composição. Comparada às representações dos portos do Recife e de Amsterdam, nele a movimentação era menos expressiva.

Uma segunda representação é a gravura *Vista do Forte Amsterdam na extremidade da ilha de Manhattan* (Figura 13). Uma das primeiras representações pictóricas produzida da cidade e provavelmente baseada em planos não construídos. Nela, alguns elementos podem ser evocados e entendidos como relevantes à descrição da cidade, como a presença do forte, das casas e do moinho. Nesse caso, pequenas canoas de nativo-americanos contrastam com as grandes embarcações batavas. Os grupos indígenas despontam como marca do exótico, do desconhecido que começava a então ser apropriado pelos europeus. A distinção entre os tamanhos e a complexidade tecnológica das embarcações sustenta essa ótica. Há uma narrativa visual que se monta a partir dessa imagem: com os colonizadores ao fundo e os indígenas em primeiro plano, coordena-se um discurso sobre a chegada/conquista, com a cidade, *topos* europeu sobre o solo estrangeiro, como ponto intermediário.



Figura 13 – *Vista do Forte Amsterdam na extremidade da ilha de Manhattan, c. 1651.* Fonte: John Carter Brown Library.

Na aquarela *Nova Amsterdam*, atribuída a Laurens Block (ignoto-ignoto), encontramos mais uma vez a construção interna ao Forte Amsterdam como destaque na paisagem (Figura 14). O conjunto horizontal de construções se espraia ao longo da ilha e o observador se posiciona em lateral oposta à imagem de Vingboons. Há atenção à topografia e à água, demonstrando a interface entre esses elementos. Além disso, sugere que a lateral do Forte também funcionou como região portuária, ainda que não fosse reconhecida como tal no Mapa de Castello. Ao fundo, há um morro elevado que pode representar tanto a porção norte da Ilha de Manhattan como *Long Island*. Em ambas as possibilidades, o território plano de Manhattan surge em contraste.



Figura 14 – *Nova Amsterdam*, atribuída a Laurens Block, 1650 e aproximação. Fonte: Wikimedia Commons.

DUAS CIDADES

Ao fim e ao cabo, a sobreposição entre as histórias de formação urbana de Maurícia e Nova Amsterdam indica divergências e semelhanças entre as gêneses desses assentamentos urbanos. Por meio da paisagem e em diálogo com as iniciativas de Mota Menezes, Ron van Oers e Maria Angélica Silva, adentramos as minúcias das representações iconográficas.¹⁰⁸ Mais que testemunhos visuais desprezíveis do passado, a iconografia é um instrumento discursivo, repleto de intenções pessoais e coletivas. Se entendemos a paisagem como o vínculo entre a materialidade do espaço, a subjetividade e a cultura; investigar as representações artísticas foi um modo de atingir tais relações. Ao considerá-las em seus panoramas históricos, foram favorecidas a coesão argumentativa e a validade histórica da leitura interpretativa. Além disso, relacionar ambas as cidades evidenciou a conexão entre as suas histórias e as reverberações culturais do processo de expansão ultramarina europeia.

De antemão, é curioso encontrar personagens ou fatos históricos que impactam ambas as histórias, como o grupo de 23 judeus emigrados do Brasil e o impacto das Guerras Anglo-Holandesas. As possíveis conexões entre a história dos dois assentamentos podem ser investigadas em mais detalhes. Tais narrativas devem incluir outros territórios holandeses pelo mundo, inclusive os ocupados pela VOC.

Sobre os objetos em tela, a Companhia das Índias Ocidentais (WIC) da República das Sete Províncias é o principal elo entre as duas cidades, estabelecendo estratégias de administração e ocupação que são relacionáveis. Ao assumir a colônia brasileira como primordial, que o território norte-americano foi tratado com menos empenho. O investimento feito pela Companhia na Cidade Maurícia permitiu a construção de uma cidade associável ao estado da arte em projetos de assentamentos, como os defendidos por Simon Stevin. A presença desse critério de planejamento é percebida na distribuição de quadras e na implantação das arquiteturas na Cidade Maurícia. Enquanto isso, a ocupação orgânica na América do Norte levou à consolidação de um núcleo com traçado irregular, mais próximo à dinâmica espacial das centralidades históricas de cidades europeias, como Amsterdam.

Nos dois casos, havia o esforço da WIC em construir um ambiente atrativo para o comércio e desenvolver ambientes cosmopolitas. Em Nova Amsterdam estava sendo construída uma cidade em meio a territórios ocupados inicialmente por indígenas e a rede produtiva estava em fase inicial de estudos de viabilidade e implantação. Dessa maneira, as Províncias Unidas criaram um assentamento com feições batavas claras, em especial na arquitetura. No território brasileiro, houve diálogo entre as produções urbanísticas e arquitetônicas lusa e batava, de maneira a criar um ambiente híbrido, singular na História da Arquitetura. Em Maurícia, o destaque é a organização espacial hipodâmica da Cidade Maurícia, distinta ao modo de fazer português e evidenciada pela proximidade ao orgânico Porto do Recife.

As águas foram determinantes à escolha dos batavos para a implantação de assentamentos coloniais e para estruturação de uma rede mercantil que envolvia o interior do país. Destacamos os Rios Hudson e Capibaribe como os principais meios de transporte fluviais assumidos.

No que se refere à paisagem criada pelos artistas, a representação pictórica desponta como uma maneira de ver o que existia e relatar, para a posteridade ou para os contemporâneos da metrópole, o que havia nos assentamentos ultramarinos do século XVII. Sobrepusemos dinamicamente as paisagens e procurar os valores, a ordem que os rege e a visão que observa o conjunto. Encontramos relações entre elementos, espaço, tempo e subjetividade, de tal modo que destacamos o impacto visual das torres do Palácio de Friburgo ou dos moinhos de Nova Amsterdam, por exemplo. Ademais, foram delineadas algumas interações entre objetos, personagens, a natureza circundante e o momento histórico, a sociedade e sua cultura.

Abre-se, portanto, espaço para futuras reflexões sobre essas paisagens pintadas. Ao entender a História como balizadora à leitura de iconografias. Entende-se a partir deste estudo que a associação entre imagens e fontes diversas, sejam primárias ou secundárias, contribui à elaboração analítica e fomento a maior apreensão de nosso passado urbano, compreensão da cidade presente e prospecções futuras de um habitat mais integrado com a paisagem.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Andrey Schlee (Universidade de Brasília/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) pelas considerações relevantes ao desenvolvimento dessa pesquisa. Ao Grupo Topos – Paisagem, projeto, planejamento (PPG-FAU-UnB), no qual essa pesquisa foi conduzida. À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelas atuais bolsas de pesquisa.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.

SOBRE OS AUTORES

Leonardo Nóbrega

Arquiteto e urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU-UnB). Mestrando no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Integrante do grupo de pesquisa TOPOS – Paisagem, Projeto e Planejamento no Laboratório de Estudos da Urbe (Labeurbe). E-mail: leardonobregapaiva@gmail.com.

Ricardo Trevisan

Arquiteto e urbanista, doutor em Arquitetura e Urbanismo, com pós-doutorados na Columbia University e Universidade do Minho. Professor na FAU-UnB, membro do grupo de pesquisa TOPOS e pesquisador CNPq. Autor de “Cidades Novas” e coordenador do projeto “Atlas de Cidades Novas no Brasil”. E-mail: prof.trevisan@gmail.com.

REFERÊNCIAS

Livros, artigos e teses

ALBUQUERQUE COELHO, Duarte de. *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*. Recife: Massagana, 1981.

ALCIDES, Melissa Mota. *Entre o olhar e o paladar: cartografia do alimento na capitania de Pernambuco*. 2020. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

ALPERS, Svetlana. *A arte de descrever: a arte holandesa no século XVII*. São Paulo: EdUSP, 1999.

BAERS, João. *Olinda conquistada*. São Paulo: Ibrasa, 1978.

BARLAEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados*. Recife: FCCR, 1980.

BERQUE, Augustin. Paysage, milieu, histoire. In: BEQUE, Augustin (org.). *Cinq propositions pour une théorie du paysage*. Paris: Champ Vallons, 1994. p. 11-30.

BOGAERT, John A. New Amsterdam's Windmills Made History. *De Halve Maen*, [s. l.], v. 35, n. 2, p. 10, 1960.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Unesp, 2017.

BURROWS, Edwin G.; WALLACE, Mike. *Gotham: a History of New York City to 1898*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

CABRAL DE MELLO, Evaldo. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste*. São Paulo: USP, 1975.

CABRAL DE MELLO, Evaldo. *O Brasil holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin Classics, 2010.

CARDOZO, Joaquim. Observações em torno da história do Recife no período holandês. *Revista do Sphan*, Brasília, v. 4, p. 386-406, 1940.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins, 2007.

COLLOT, Michel. *Poética e filosofia da paisagem*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2013.

FICHER, Sylvia. Historiografia e documentação. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Arquitetura e documentação: novas perspectivas para a história da arquitetura*. Belo Horizonte: Annablume, 2011. p. 251-259.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo: Global, 2006.

GODDARD, Ives. The Origin and Meaning of the Name “Manhattan”. *New York History*, New York, n. 91, v. 4, p. 277-293, 2010.

GONSALVES DE MELLO, José Antônio. *A cartografia holandesa do Recife: estudo dos principais mapas da cidade do período 1631-1648*. Recife: Iphan/MEC, 1976.

GONSALVES DE MELLO, José Antônio. *Tempo dos flamengos*. Recife: Fundaj, 1987.

GONSALVES DE MELLO, José Antônio. *Gente da nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654*. Recife: Massagana, 1989.

GOMBRICH, Ernst. *A história da arte*. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

HAJSTRUP, Pieter. *Viagem ao Brasil (1644-1654)*. Recife: Cepe, 2016.

HOLANDA, Frederico de. *O espaço de exceção*. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

HURK, Jeroen van den. Plan Versus Execution: The “Ideal City” of New Amsterdam. Seventeenth Century Netherlandic Town Planning in North America. *New York History*, New York, v. 96, n. 3-4, p. 265-283, 2015.

- HUTTER, Lucy Maffei. *Navegação nos Séculos XVII e XVIII*, rumo: Brasil. São Paulo: EdUSP, 2005.
- KOEPPPEL, Gerard T. *Water for Gotham: a History*. New York: Princeton University Press, 2000.
- KRIZNER, L. J.; SITA, Lisa. *Peter Stuyvesant: New Amsterdam and the origins of New York*. New York: The Ronsen Publishing Group, 2001.
- LAGO, Pedro Corrêa do; LAGO, Bia Corrêa do. *Frans Post (1612-1680): obra completa*. Rio de Janeiro: Capivara Editora, 2006.
- LEITE, José Roberto Teixeira. *Arte e Arquitetura no Brasil holandês (1624-1654)*. Recife: Cepe, 2014.
- LEVY, Daniela. *De Recife para Manhattan: os judeus na formação de Nova York*. São Paulo: Planeta, 2018.
- LIRA, Flaviana. O olhar sobre o lugar: o Istmo de Olinda e Recife na visão dos memorialistas. *PosFAUUSP*, São Paulo, v. 26, n. 49, e162180, 2019.
- LOUREIRO, Juliana Coelho. Quintais de Olinda – uma leitura indiciária sobre sua gênese. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 231-281, 2012.
- MEERKERK, Hannedea. *Recife: the rise of a 17th Century Trade City from a Cultural-Historical Perspective*. 1988. Tese (Doutorado em História) – Delft University of Technology, Delft, 1988.
- MIRANDA, Bruno. *Gente de guerra*. Recife: UFPE, 2014.
- MONTEIRO, Carolina; ODEGARD, Erik. Slavery at the Court of the ‘Humanist Prince’: Reexamining Johan Maurits van Nassau-Siegen and his Role in Slavery, Slave Trade and Slave-smuggling in Dutch Brazil. *Journal of Early American History*, Leiden, n. 3, p. 3-32. 2020.
- MOTA MENEZES, José Luís Mota. O século XVII e o Brasil holandês. In: ZANINI, Walter (org.). *História geral da arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, 1983. p. 312-346.
- MOTA MENEZES, José Luís Mota. *Atlas histórico e cartográfico do Recife*. Recife: FUNDAJ, 1988.
- MOTA MENEZES, José Luís Mota. Olinda e o Recife 1537-1630. *Oceanos*, [s. l.], n. 41, p. 136-150, 2000.
- MOTA MENEZES, José Luís Mota. *Nova Iorque nasceu em Pernambuco: duas estrelas – o mesmo sonho*. Recife: Bandepe, 2002.
- MOTA MENEZES, José Luís Mota. Arquitetura e urbanismo no Recife do século XVII. In: DINIZ, Fernando. *Recife: cinco séculos de cidade e arquitetura*. Recife: Cepe, 2022. p. 46-63.

MUNIZ, Bianca. *Escavando a História: um estudo do Forte Maurício no contexto da Arquitetura Militar do século XVII*. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

OERS, Ron van. *Dutch Town Planning Overseas during VOC and WIC Rule (1600-1800)*. Zutphen: Walburg Pers, 2000.

PALTSITS, Victor Hugo. *The Founding of New Amsterdam in 1926*. Worcester: American Antiquarian Society, 1924.

PANERAI, Philippe. *Análise urbana*. Brasília, DF: Editora UnB, 2006.

PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

PLUNZ, Richard. *A History of Housing in New York City*. New York: Columbia University Press, 1990.

PUNTONI, Pedro. *Guerras do Brasil (1504-1654)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP, 2001

RIBEMBOIM, Jacques. *História dos judeus de Pernambuco*. Recife: Cepe, 2023.

RICHSHOFFER, Ambrosio. *Diário de um soldado da Companhia [...]*. São Paulo: Ibrasa, 1978.

RICOEUR, Paul. Architecture et Narrativité. *Urbanisme*, [s. l.], v. 303, p. 44-51, 1998.

RINK, Oliver A. *Holland on the Hudson: An Economic and Social History of Dutch New York*. New York: Cornell University Press, 1986.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHAMA, Simon. *The Embarrassment of Riches: an interpretation of Dutch Culture in the Golden Age*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1997.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

SILVA, Maria Angélica da. Histórias de Paisagens: a natureza verde e o surgimento das vilas e cidades no Brasil Colonial. *Locus: Revista de História, Juiz de Fora*, v. 8, n. 1, p. 53-65, 2002.

SILVA, Maria Angélica da; ALCIDES, Melissa Mota. Collecting and Framing the Wilderness: The Garden of Johan Maurits (1604-79) in North-East Brazil. *Garden History*, [s. l.], v. 30, n. 2, p. 153-176, 2002.

SILVA, Maria Angélica da. (org.). *O olhar holandês e o Novo Mundo*. Maceió: EdUFAL, 2011a.

SILVA, Maria Angélica da. Bois voadores, pontes e outros desvendamentos através das palavras e desenhos seiscentistas. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 59-70, 2011b.

TREVISAN, Ricardo. *Cidades novas*. Brasília, DF: Editora UnB, 2020.

VALADARES, Pedro. *Templos de Marte: referências eruditas nos fortes abaluartados de Pernambuco (século XVII)*. 2029. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

VIEIRA, Daniel. *Frans Post e a paisagem da Nova Holanda*. Recife: UFPE, 2019.

WEIMER, Gunter. *Arquitetura popular brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

WEIMER, Gunter. Maurício de Nassau: um administrador controvertido. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 151, p. 111-137, 2016.

WOLFFLIN, Heinrich. *Conceitos fundamentais em história da arte: o problema da evolução dos estilos na arte mais recente*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

WRIGHT, Antônia; MELLO, Astrogildo. O Brasil no período dos Filipes. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: Tomo I – Volume 1. Do descobrimento à expansão territorial*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2015. p. 197-212.

Sites

JORDAN, Louis. A brief outline of the History of New Netherland. *The Coins of Colonial and Early America*. 1997. Disponível em: <https://bit.ly/4qP6lPA>. Acesso em: 21 ago. 2022.

Artigo apresentado em: 26/03/2025. Aprovado em: 18/06/2025.

Editores responsáveis: Maria Aparecida de Menezes Borrego e David Ribeiro.



All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License